

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS / COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO

EVENTO: Seminário

Nº:

0912/00

DATA: 11/09/00

INÍCIO: 09h34min

TÉRMINO: 13h24min

DURAÇÃO: 3h50min

TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h52min

PÁGINAS: 67

QUARTOS: 14

REVISORES: DÉBORA, LUCIENE, MADALENA, ROSA ARAGÃO, TATIANA

SUPERVISÃO: ZUZU, LUÍZA, AMANDA, ANA MARIA, DANIEL

CONCATENAÇÃO: DANIEL

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IRADJ ROBERTO EHRARI - Representante do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE - Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

GILBERTO SABÓIA - Secretário Nacional de Direitos Humanos.

NEIDE NOGUEIRA - Professora.

CHICO ALENCAR - Deputado Estadual e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

IVAIR DOS SANTOS - Assessor Especial para Direitos Humanos, do Ministério da Justiça.

MÁRCIO KOSAKA - Presidente da Estruturação Grupo Homossexual de Brasília.

TEREZINHA SALES - Aluna do Curso de Especialização e Educação de Direitos Humanos da Universidade Federal do Piauí; professora da Escola técnica Estadual Monhsenhor José Luís Barbosa Cortês, em Teresina; e Coordenadora da Pastoral da Família, Regional do Piauí.

ROSÂNGELA CORREIA - Representante da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília na área de educação ambiental e ecologia humana.

MARIA DE LOURDES MADER PEREIRA - Representante da Associação Brasileira de Educação.

MÁRCIA REGINA VIRGENS - Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia; professora e coordenadora do curso de Direitos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

LÚCIA CARVALHO - Deputada Distrital.

SUMÁRIO: Seminário "Educação em direitos humanos".

Nome: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Número: 0912/00

Data: 11/09/00

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.

Há uma intervenção inaudível.

Há termo ininteligível.

Há falha na gravação.

persienes (?) - pág. 52

Ildaque (?) - pág. 57

Não foi possível conferir a grafia dos nomes acima.

[DTTR1] **O SR. APRESENTADOR** (Antoine Haddad) - Muito bom dia. Peço um momento de atenção. Convidamos o Coral da Escola das Nações para fazer sua apresentação. (Palmas.)

(*Apresentação do Coral da Escola das Nações.*)

(*[DTTR2]Palmas.*)

[DTTR3] **O SR. APRESENTADOR** (Antoine Haddad) - Senhoras e Senhores, estamos iniciando a solenidade de abertura do Seminário "Educação em Direitos Humanos", uma promoção da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em parceria com o Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Gostaríamos de expressar nossos especiais agradecimentos às entidades que apoiaram a realização deste seminário: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Universidade de São Paulo, Universidade Federal da Paraíba, Universidade de Brasília, Comunidade Bahá'í do Brasil, Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo, Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude, Associação Brasileira de Educação, Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, Rede Telemática de Direitos Humanos, Comitê Brasília Washington DC dos Companheiros das Américas, Escola das Nações.

Os promotores deste seminário acreditam que o estabelecimento dos direitos humanos na consciência dos indivíduos e na ordem social e política passa necessariamente pelo processo educativo. Este seminário tem como objetivo contribuir para a incorporação progressiva dos direitos humanos no conteúdo do ensino fundamental e dos cursos de formação, que têm como instrumento de trabalho os direitos humanos. Sabemos que a educação constitui potencialmente a principal e a mais indispensável de todas as parceiras da promoção dos direitos humanos.

[DTTR4] Por esta razão, este seminário tem como desafio converter este potencial em efetiva realidade, demandando a capacitação de professores, implementação de mudanças curriculares, num esforço que deve unir o setor público e a sociedade civil.

Neste momento, convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Deputado Marcos Rolim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (*Palmas.*); o Exmo. Sr. Embaixador Gilberto Sabóia, Secretário de Estado dos Direitos Humanos (*Palmas.*); o Sr. Iradj Roberto Eghrari, representante do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos (*Palmas.*); a Sra. Procuradora da República, Dra. Raquel Elias Pereira Dodge, representante da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (*Palmas.*).

Ainda teremos, nesta manhã, dois painéis. O primeiro, "Direitos Humanos, um Desafio para a Educação"; o segundo, "Os Direitos Humanos nos Currículos Educacionais". No intervalo entre esses painéis haverá o lançamento do livro "Direitos mais Humanos", de autoria do Exmo. Sr. Deputado Chico Alencar.

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Marcos Rolim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE^[DTTR5] (Deputado Marcos Rolim) - Bom dia a todos. É uma satisfação muito grande, em nome da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, realizarmos a abertura deste Seminário. Combinamos que cada um dos integrantes da Mesa fará uma breve saudação, expondo os argumentos relevantes que, a nosso juízo, valorizam essa iniciativa e a justificam plenamente. Também manifestar-me-ei logo mais. Sem maiores formalidades, e ganhando tempo nesta abertura, passo a palavra ao nosso companheiro Iradj, que fará um histórico situando precisamente a importância deste Seminário.

Com a palavra nosso companheiro Iradj Roberto Eghrari.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI - Sr. Deputado Marcos Rolim; Embaixador Gilberto Sabóia; senhora representante da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; autoridades presentes; professores; magistrados; promotores; procuradores; membros das Polícias Civil e Militar, que também estarão participando do seminário, saúdo todos, dando-lhes as boas-vindas. Espero que tenhamos um seminário bastante profícuo e que dê uma nova perspectiva a todos. Quebrando um pouco o protocolo, gostaria de saudar também o Deputado Estadual Chico Alencar, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que participará das oficinas que apresentaremos.

Vou fazer um rápido histórico de como chegamos aqui, pois sinto que é importante para que todos nos situemos na idéia do que significa este seminário hoje. No ano passado iniciou-se o acompanhamento, por parte de organizações da sociedade civil, de um projeto de lei que se encontrava em tramitação na Câmara Federal e legislava sobre uma política nacional de educação em direitos humanos. Ou seja, esta Casa está considerando estabelecer uma política nacional de educação em direitos humanos. As entidades da sociedade civil se interessaram pelo projeto e começaram a acompanhar sua tramitação. Tal projeto foi ao Senado Federal, onde recebeu um substitutivo, e voltou à Câmara. Enquanto se dava esse processo legislativo, as organizações não-governamentais e a sociedade civil em geral sentiram a necessidade de, muito mais do que esperar que a lei fosse aprovada, se ela é boa, começar a implementá-la, antes mesmo de que houvesse, digamos, o aspecto mandatário da lei.

^[DTTR6] Então, pensamos em realizar um seminário, que ocorreu em São Paulo, sob a coordenação da Rede Brasileira de Educação em

Direitos Humanos, cuja representante, a Dra. Margarida Genevois, aqui se encontra, e inclusive, depois, vai proferir algumas palavras a todos dentro de uma das plenárias. A idéia desse seminário foi a de que nós estudássemos esse projeto de lei, a fim de conhecê-lo, saber do que tratava e o que seria essa nova lei, que viria a se tornar uma política nacional de educação em direitos humanos.

Notamos que havia vários aspectos interessantes que demandavam um estudo mais profundo de todos nós. O primeiro deles é o de que qualquer política nacional de educação em direitos humanos deveria seguir a filosofia da transversalidade, ou seja, não seria uma disciplina adicional à dos direitos humanos, mas um tema que permearia todo o processo educacional no ensino fundamental e no ensino médio. No ensino superior teria características mais marcantes de uma disciplina propriamente dita. Percebemos, ainda, que as Academias de Polícia, as empresas e vários órgãos da sociedade deveriam se envolver na implementação dessa política nacional.

E foi aí, então, que nós começamos a pensar. Quando ocorreu esse seminário, em fevereiro de 2000, nós decidimos realizar um seminário nacional e formar, com essas entidades da sociedade civil, o Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. O fórum congrega diferentes entidades e personalidades, desde o próprio Ministério da Justiça, que se encontra envolvido, até a própria Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, além de vários outros parceiros que foram aqui mencionados, como Brasília Washington DC dos Companheiros das Américas, a Comunidade Bahá'í, enfim, um sem-número de entidades envolvidas na promoção do ideal de fazer essa política nacional de educação em direitos humanos tornar-se uma realidade.

O seminário de hoje, então, tem dois momentos principais: o primeiro momento, que é esta manhã, quando haverá palestras que darão a pontuação maior do que significa educação em direitos humanos e, na parte da tarde, haverá oficinas, de onde cada um dos participantes vai poder voltar para casa com uma clareza de visão não só de teoria, mas de prática. Ou seja, como professor do ensino fundamental, como faço educação em direitos humanos de forma transversal dentro da disciplina que eu estou ministrando?

Haverá, por exemplo, uma oficina sobre educação em

direitos humanos, de forma transversal, na matemática. Como isso pode se dar? Há aqui especialistas da revista **Nova Escola** que estão vindo apresentar para vocês como se dá esse processo, não só em Matemática, mas também em História, Geografia e Ciências. Essas quatro disciplinas serão privilegiadas nessas oficinas.

Depois, em outras oficinas haverá a possibilidade de ver experiências bem-sucedidas de outras escolas no campo de educação em direitos humanos e saber como tem acontecido isso.

Haverá, ainda, a oficina ligada à segurança pública. Especialistas nesse campo, que têm trabalhado com as Polícias Civil e Militar, vão compartilhar conosco suas experiências bem-sucedidas nesse campo de como fazer esse treinamento junto às Academias de Polícia.

Conversando, há pouco, antes do início dos trabalhos, com o Embaixador Sabóia, comentávamos a importância que o Embaixador tem notado de o policial que está na rua receber treinamento adequado, e não só os oficiais. É preciso que receba treinamento específico em direitos humanos para que se torne um agente em segurança pública mais efetivo e que trabalhe pela comunidade, para a comunidade e com a comunidade.

O quarto e último grupo de trabalho será o do ensino jurídico. Nós vamos conhecer algumas experiências bem-sucedidas no campo do ensino jurídico, que vamos compartilhar também com vocês, a fim de que aqueles que vêm desse viés possam sair daqui com a experiência bem clara de como se pode realizar educação em direitos humanos nesse campo.

Portanto, na parte da tarde teremos quatro oficinas, que serão realizadas nos plenários das Comissões. ^[DTR7]Aqueles que não conhecem a Câmara dos Deputados, voltando ao andar de cima, deverão seguir o corredor em frente a essas escadas e encontrarão vários plenários onde haverá as indicações. A partir de 14h30min começam esses trabalhos.

Termino, falando sobre o sentimento que motivou todo esse trabalho, que foi muito gostoso, das organizações envolvidas, um trabalho conjunto, que nos propiciou um conhecimento mútuo muito maior e um aprofundamento de amizade muito grande: a visão de que direitos humanos é algo por que cada um de nós é responsável. Cada um de nós vem a este mundo como uma responsabilidade da coletividade, e cada um de nós também é

responsável por ela. No momento em que conseguirmos visualizar claramente esse princípio, essa co-responsabilidade coletiva, efetivamente trabalharemos direitos humanos de uma forma plena. Veremos a humanidade como sendo um único corpo em que cada órgão e cada membro são diferentes componentes e poderemos trabalhar na consciência de que o bem-estar de cada célula determina o bem-estar do corpo inteiro, e o trabalho de cada célula pelo bem-estar do corpo inteiro determina o estado saudável dessa humanidade.

Que tenhamos todos um excelente seminário. Nós aguardaremos os comentários de vocês ao final, quando será distribuída uma ficha de avaliação. Temos muito interesse em saber como vocês, ao fim desse dia, terão sentido esse trabalho.

Obrigado a todos pela presença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Iradj.

Concedo a palavra à Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, que representa a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

A SRA. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE - Bom dia aos componentes da Mesa e a todos os presentes.

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão não pôde estar presente porque estava até ontem na África do Sul, participando de outro seminário sobre direitos humanos, que reúne procuradores do mundo todo, da Associação Internacional de Promotores. Pediu-me que estivesse aqui para dar-lhes uma palavra a respeito do papel possível do Ministério Público Federal no auxílio à educação sobre direitos humanos.

Em primeiro lugar, gostaríamos de enfatizar a importância da iniciativa de realização deste seminário, por reunir pessoas com atribuições diferentes, mas todas tendo em comum o propósito de tornar possível aquilo a que o Deputado Marcos Rolim, de uma forma muito feliz, se refere no convite, ou seja, tornar os direitos humanos algo concreto, que deixe de ser abstrato e exclusivo de algumas elites.

O Ministério Público Federal, desde a Constituição Federal de 1988, tem um perfil muito ativo quanto à possibilidade de promover a atuação do Estado quanto áreas essenciais, notadamente em favor de direitos constitucionais.

E a educação, bem como os direitos humanos, está definida de forma ainda abstrata na Constituição Federal. Percebemos que apenas parte da população brasileira tem consciência dos seus direitos e condições de exercê-los.

O Ministério Público Federal, em particular a Procuradoria dos Direitos do Cidadão, é um aliado de todos vocês na tarefa de promover a maior conscientização do que sejam os direitos humanos e da possibilidade de eles serem exercidos.

Pensamos – como todos – que a educação em direitos humanos não deve estar restrita à escola, mas deve ser disseminada por toda a sociedade. Para ilustrar isso gostaria apenas de dizer que na nossa atuação temos sentido a dificuldade de algumas pessoas – menores, pessoas que tiveram direitos violados, como a sua integridade física – perceberem que pelo menos têm o direito à liberdade de expressão, a uma prisão justa, a uma consciência digna.

[DITR8] Quero referir-me a um caso recente. Ouvimos, na semana passada, um menor, que deveria estar na escola, no entanto, fora preso, sem mandado de prisão, numa prisão irregular, mantido em cárcere numa delegacia de polícia por três dias, sem alimento e sem que a sua família soubesse que ele estava lá.

Quando fomos ouvi-lo, ele não sabia dizer a sua própria idade, não sabia figurar se era menor ou maior de idade. Tivemos que ir atrás dos seus documentos. Ele não sabia também que não podia estar preso sem mandado judicial nem que sua famí

αΘβά (ΘεΦβά±) σά (σζά≤ΘΣνάπρφ) εΘπβΣβάΣβά≤) βά≅Θãõ.

Ou seja, a educação para direitos humanos tem que deixar de ser restrita a uma certa elite, a um certo tipo de pessoas com determinado nível de informação. Só quando estiver disseminada por toda a sociedade, poderemos efetivamente dizer que os direitos humanos estão preservados e garantidos no território brasileiro.

A Procuradoria quer ser parceira nessa tarefa de educar a sociedade brasileira para os direitos humanos. Nós temos condições de exercer algum tipo de atribuição e esperamos que neste seminário possamos todos divisar como possa isso acontecer.

Os Procuradores dos Direitos do Cidadão estão lotados em

vários pontos do território nacional, em muitos Municípios e em todos os Estados, de modo que hoje temos jurisdição sobre todo o território nacional. Além disso, fazemos parceria com promotores dos Estados, com organizações não-governamentais, além de entidades estatais, tendo em vista esta atuação.

Imagino que com essas breves palavras eu possa ter dado uma idéia da parceria que queremos travar. E neste seminário imaginamos que ela pode ser melhor divisada. Nós nos colocamos à disposição de todos para esse trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Muito obrigado, Dra. Raquel.

Concedo a palavra ao Embaixador Gilberto Sabóia, Secretário Nacional de Direitos Humanos.

O SR. GILBERTO SABÓIA - Muito obrigado, Deputado Marcos Rolim.

Saúdo os demais colegas da Mesa e os participantes deste seminário, assim como seus organizadores, por esta iniciativa extremamente oportuna.

Os que me precederam no uso da palavra já foram suficientemente eloqüentes na afirmação da importância da disseminação e do adequado conhecimento dos direitos humanos não apenas como uma teoria ou uma questão de princípios, mas como coisa concreta que nos afeta no dia-a-dia e que cada um tem não só o direito de invocar mas também o dever de fazer cumprir.

O Brasil, como é do conhecimento de todos os participantes, enfrenta graves problemas no campo da proteção dos direitos humanos. A Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Mary Robinson, em visita que fez ao Brasil em junho último, referindo-se à defesa dos direitos humanos no Brasil, apontou o reconhecimento dos problemas enfrentados como um dado importante.

Segundo informou, há muitos países que têm dificuldade de reconhecer os problemas relacionados aos direitos humanos. O Brasil, ao contrário, reconhece os problemas que enfrenta e, sobretudo, a necessidade de superá-los.

Nesse sentido, a visita do Relator Especial das Nações Unidas para Tortura, Nigel Rodley, agora em seus momentos

finais, tem oferecido alguns indícios sobre os problemas que dificultam a efetivação dos direitos humanos no Brasil, cuja solução não depende apenas de certas medidas, sejam de natureza legislativa ou de políticas públicas específicas; são problemas mais profundos, de natureza estrutural, cujas raízes se estendem à história de nossa formação social, em que a força e o poder coercitivo que a Constituição Federal e as leis atribuem ao Estado foram freqüentemente exercidas ao arrepio dos princípios da igualdade de todos perante a lei.

[DITTR9] No caso da tortura, por exemplo, a visita do Relator das Nações Unidas serviu para nos mostrar que a edição da Lei nº 9.455, de 1997, que tipifica o crime de tortura, não foi suficiente para eliminar o problema. Foi apenas o primeiro passo. Um passo definitivo, importante, mas não resolveu o problema. E, nesse sentido, eu tenho a satisfação de saber que está surgindo a idéia de se realizar um seminário nacional sobre a aplicação da lei de tortura no Brasil.

Os passos subseqüentes dependem da aplicação efetiva da lei por todos os agentes que tenham responsabilidade de fazê-lo. Somente a aplicação integral, eqüitativa e abrangente da lei demonstra a existência de recursos institucionais capazes de promover a justiça e defender os agredidos pelos atos de tortura, punindo não só os torturadores, mas também, como determina a lei, aqueles agentes do Estado, que, tendo a obrigação de fazê-lo, não impediram nem denunciaram os atos de tortura ou tratamento desumano e cruel.

Infelizmente, no Brasil, os órgãos encarregados de oferecer esses recursos ainda não estão suficientemente equipados ou, em certos casos, demonstram até mesmo hesitação em dar cumprimento eficaz e pronto ao processamento de violações, o que resulta em alto grau de impunidade.

O conjunto de cidadãos não percebe com clareza que a justiça deve-se fazer conforme a lei e desenvolve-se, em conseqüência, uma percepção de impunidade e de ineficácia do sistema policial e judicial.

Foi com prazer que ouvi a palavra da Procuradora que está à minha direita sobre o papel da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Creio ser esta realmente uma instituição que tem um presente e um futuro de serviços em prol dos direitos humanos no Brasil.

Nesse sentido, é grande a expectativa da sociedade

brasileira com relação à reforma do Poder Judiciário, em tramitação nesta Casa, para que venha conferir maior agilidade e eficiência à aplicação da justiça e ao devido processo legal.

O dispositivo da reforma que determina a federalização dos crimes graves contra direitos humanos nos casos em que os órgãos competentes se mostrem incapazes de efetuar o seu adequado sancionamento é, a meu ver, um mecanismo extremamente importante para debelar a impunidade.

Do mesmo modo, é preciso dar celeridade andamento ao projeto de lei atualmente em exame no Senado Federal que determina que todos os crimes violentos praticados por policiais militares contra os civis sejam da alçada da Justiça Comum.

Mas o que nos reúne aqui, nesta manhã, é o fato de que a promoção dos direitos humanos não depende apenas da existência de leis e de instituições. Depende também do desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos, fundamental para garantir a institucionalização de mecanismos de prevenção e resolução do conflito.

Nesse sentido, a reforma dos mecanismos institucionais de garantia dos direitos humanos será tanto mais efetiva quanto mais se desenvolver a capacidade individual e coletiva de organização.

O estabelecimento dos direitos humanos na consciência dos indivíduos está estreitamente relacionado ao processo educativo, ao que se tem denominado educação para valores.

Particularmente, creio que a educação em direitos humanos, tema deste seminário, é ferramenta extremamente importante para que se estabeleça um mecanismo de permanente justificação e interpretação dos princípios dos direitos humanos.

Nunca é demais recordar as raízes humanistas e acompanhar a configuração histórica dos direitos humanos, lenta, mas constante e evolutiva. Sabemos que as declarações de direitos humanos raramente correspondem de imediato a uma materialização prática. O cumprimento efetivo para as pessoas e sociedades vem sempre muito depois do direito declarado.

[DTTR10]

Felizmente, no Brasil, há que se constatar alguns avanços importantes da política educacional, visíveis graças ao desenvolvimento de um sistema nacional de avaliação e de

indicadores de desempenho. Destaco, nesse sentido: a garantia da universalização do acesso; a ênfase na melhoria da qualidade da educação básica, apoiada no processo de descentralização dos programas e dos recursos públicos; a implantação de um novo modelo de financiamento, o FUNDEF; e a criação de mecanismos destinados a incentivar a participação da comunidade na gestão escolar.

Não poderia deixar de mencionar ainda a introdução dos parâmetros curriculares nacionais, com a inovação trazida pelos chamados temas transversais, orientados para a construção da cidadania e destinados a integrar as áreas convencionais de estudo, relacionando-as a questões da atualidade e ao convívio escolar. Para definir e escolher os temas transversais foram estabelecidos os critérios de urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e favorecimento à compreensão da realidade e à participação social.

Como resultado das políticas educacionais implementadas na década de 90, pôde-se observar a queda substancial das taxas de analfabetismo, especialmente nas faixas mais jovens da população, o aumento sistemático das taxas de escolaridade média da população, com maior velocidade na população feminina, o crescimento acentuado da matrícula em todos os níveis de ensino, de forma particularmente intensa no ensino médio, a melhoria das taxas de transição no ensino fundamental, com queda das taxas de repetência e evasão e aumento das taxas de promoção, a melhoria da qualificação dos professores da educação básica e a redução dos desníveis regionais em relação aos principais indicadores educacionais.

É aqui que me aproximo do tema deste seminário, na qualidade de aprendiz. Educação para a cidadania, assim como educação para direitos humanos, é uma educação essencialmente voltada para valor. Talvez a melhor maneira de transmitir valores seja respeitar a coerência entre a formulação de valores e a sua vivência. Formular valores é perguntar por suas raízes, por suas interações, pelas tensões existentes entre diferentes opção de valor.

A análise dos valores deve vir acompanhada da análise dos modos através dos quais concordamos com eles. E o mais importante: devemos pautar nossa ação pelos valores que propagamos. Nesse sentido, a lembrança de Paulo Freire, cujos

ensinamentos tão bem caracterizavam a educação como prática da liberdade, é pertinente. E cito: "Antes de aprender qualquer coisa, uma pessoa precisa ler primeiro o seu mundo, analisar e interpretar os limites e as potencialidades, a correlação de forças históricas e políticas para se dar o passo necessário e possível." Ou seja, o respeito essencial a uma cultura de direitos humanos começa essencialmente na família, onde, para que ela possa florescer, devem prevalecer formas de relacionamento baseadas no respeito à igualdade, não-uso da violência e livre expressão do pensamento e da criatividade de cada indivíduo, especialmente aqueles que estão em processo de desenvolvimento como as crianças.

A escola, espaço inicial da convivência e socialização fora da família, deve estimular e permitir à criança e ao jovem a sua introdução ao mundo da cidadania, o que efetivamente se fará na sua relação com os outros, com a comunidade, com as organizações e com os poderes constituídos. Creio que o principal objetivo da escola é formar o indivíduo crítico, com capacidade de discernimento. Certamente a persistência de uma cultura autoritária, hierárquica e pouco participativa dificulta o processo tão necessário de criação de uma cultura de direitos humanos.

Torna-se necessário contribuir para a construção de uma cultura escolar, onde predomine a ética da comunicação, o respeito pela diversidade e pela diferença, que valorize o saber universal e o saber que é trazido também pelo aluno e sua experiência da vida cotidiana. ^[DITR11] Somente em uma cultura escolar democrática e participativa, onde alunos, pais e professores contribuam e dialoguem sobre seus problemas e objetivos, é possível inserir com autenticidade a educação para os direitos humanos e para a cidadania.

O conhecimento dos direitos humanos e da cidadania não se esgota no meramente informativo, mas incorpora também a afetividade, os comportamentos, os sentimentos e as ações, os valores e as vivências que se desenvolvem na escola. Portanto, não pode estar restrito ao conhecimento formal dos instrumentos jurídicos e das instituições e órgãos do Estado que atuam na defesa do cidadão. Podemos nos aproximar do conhecimento e dos direitos humanos e da cidadania não somente através da intelectualidade, da racionalidade, mas também do corpo e da afetividade. Como se diz comumente, direitos

humanos e cidadania não se aprende só com a cabeça, mas também com o coração e com o corpo inteiro na experiência individual e coletiva.

As situações vinculadas aos direitos humanos e à cidadania tornam-se conflitantes em muitas ocasiões, porque interesses distintos estão em jogo, especialmente nas tensões que surgem entre liberdade e igualdade, entre interesses públicos e privados, entre o bem comum e o individual, entre liberdade e ordem. Na família, na comunidade e na escola, vive-se ao mesmo tempo o respeito e a violação dos direitos humanos, o exercício e a negação da cidadania, cabendo esperar que a experiência desses antagonismos se desenvolva sempre no sentido do progresso e que os conflitos se resolvam de maneira pacífica.

Ou seja, o ser humano não se aproxima da aprendizagem dos direitos humanos e da cidadania como um papel em branco. Traz consigo sua experiência pessoal e a de outros no exercício e na negação da cidadania. Experimenta o exercício e a negação da cidadania a todo momento, sendo preciso que apreenda as formas e os métodos para fazer prevalecer a primeira sobre a última.

A educação para os direitos humanos e para a cidadania recolhe essas experiências, analisa-as, sistematiza-as, esclarece-as e compara-as com o conhecimento universal, relacionado a participação individual com as transformações sociais e as mudanças políticas em todo o mundo.

Nesse contexto, creio importante advertir contra um conceito falacioso que muitas vezes é promovido por aqueles que desejam enfraquecer o processo de fortalecimento dos direitos humanos. É a idéia de que o respeito aos direitos humanos leva a uma complacência com o crime e os criminosos. Nada mais longe da verdade. O respeito à lei e aos direitos humanos é justamente o caminho que devemos seguir para que a segurança de todos seja garantida dentro de um espírito de igualdade, participação e democracia.

A função dos policiais e dos defensores da ordem e da segurança é respeitável, deve ser valorizada, mas é uma função de agente público, de agente da lei. Ela deve ser valorizada se ela se desenvolver de acordo com a lei e de

acordo com os princípios democráticos da não-discriminação e da igualdade. Fora disso, estamos caindo no exercício de um poder arbitrário e incontrolável.

Realizar ações que levem ao exercício da cidadania e dos direitos humanos é uma modalidade motivante e eficiente para sua aprendizagem. Ligar a aprendizagem com o processo de transformação na vida social cotidiana, na escola, na família, na comunidade produz aprendizagem efetiva. Estamos vivendo no Brasil um momento de transição importante, no qual os brasileiros passam a acreditar em seu poder de transformar e de participar de seus destinos. Ainda assim, é necessário investir na educação para a cidadania e para os direitos humanos e atentar para que essa categoria especial de aprendizagem de valores seja feita a partir da experiência, para que seja uma aprendizagem participativa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

[DTTR12] **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Muito obrigado, Dr. Sabóia, pela sua exposição.

Encerrando a parte inicial de abertura dos trabalhos, gostaria de propor a todos os participantes deste evento, especialmente professores, muitos aqui presentes, operadores do Direito, profissionais da área da Segurança Pública e outros, uma reflexão. Essa reflexão – quero ser bastante preciso ao empregar esse termo – tem como sentido, como objetivo, permitir que nos possamos colocar em xeque; permitir que cada um de nós, nessa reflexão, possa fazer aquilo que poderíamos denominar esse processo rarefeito de pensar o próprio pensamento.

Uma autora de quem gosto muito, Hannah Arendt, [DTTR13] faz digressão a respeito, retomando uma antiga diferenciação proposta pela obra de Kant, onde ela diz que há uma diferença fundamental entre inteligência e razão – **vernunft, verstand**. Esta diferença fundamental é o fato de que todos nós, seres humanos, somos inteligentes no sentido de que operamos um conjunto de procedimentos através do intelecto, que é essencialmente operativo. Então, mais ou menos, todos nós exercitamos sempre a nossa inteligência. Mas no exercício da razão, que é esse espaço específico onde refletimos sobre aquilo que pensamos, sobre os nossos próprios valores, este é o espaço onde se produz propriamente o sentido, o espaço onde se deve traduzir uma discussão mais aprofundada sobre direitos humanos.

Todos vocês sabem que essa idéia fundamenta-se em um

pressuposto básico: o pressuposto da universalização. A pretensão de todos nós que trabalhamos com direitos humanos e a pretensão daqueles que há dois séculos iniciaram a construção dessa idéia também do ponto de vista jurídico é que ela possa ser universalmente válida.

Avançamos muito nesses dois séculos, desde a revolução norte-americana, desde que os revolucionários norte-americanos, em 1786, definiram esta idéia radicalmente nova, transformadora, de que todos os seres humanos nascem livres e iguais; que todos os seres humanos possuem direitos fundamentais que são incondicionais, que não dependem, portanto, das suas circunstâncias.

Avançou-se demais em escala planetária, a tal ponto que hoje a esmagadora maioria das nações no Planeta aderiu à plataforma universal dos direitos humanos. São poucos os países hoje que possuem restrições, no todo ou em parte, à plataforma dos direitos humanos como, por exemplo, algumas nações africanas e asiáticas, particularmente aquelas de cultura muçulmana, e alguns países ditos socialistas como a China e mesmo Cuba, que possuem restrições, no todo ou em parte, à idéia dos direitos humanos.

No geral, a esmagadora maioria dos países do Planeta aderiram, através dos seus governos, às principais resoluções, protocolos e pactos internacionais de proteção aos direitos humanos. Ocorre que essa adesão é, sabemos disso, em larga medida, uma adesão formal. De tal forma que nós, militantes dos direitos humanos, ao final do século XX, estamos ainda diante de um duplo desafio: primeiro, fazer com que todos os países do mundo possam aderir à idéia dos direitos humanos – não alcançamos isso ainda. Segundo, fazer com que aqueles que já o fizeram, aqueles que através dos seus governos aderiram a resoluções das Nações Unidas, transformem essa adesão de virtual, formal, em uma adesão prática, efetiva.

Então, estamos ainda diante desse duplo desafio. O que percebemos, tanto de parte daquelas nações que não aderiram ao ideário mais amplo dos direitos humanos quanto de parte daquelas que o fizeram formalmente, é que essas nações lidam com um conjunto de resistências culturais à idéia de efetivação dos direitos humanos. Para alguns países, por exemplo, de cultura muçulmana, isso é bastante sensível e muito simples de se compreender. Eles afirmam e dizem que a

idéia dos direitos humanos é eurocêntrica, que ela não corresponde, portanto, a suas culturas, a suas civilizações, e têm, diante dessa idéia, uma larga e legitimada distância.

[DTTR14] Quando acompanhamos pela imprensa matérias, notícias que dão conta de determinadas práticas culturais em vigor nesses países, como, por exemplo, o hábito do apedrejamento de mulheres adúlteras, a condenação, o sentenciamento à morte, por tribunais, de mulheres que praticam a infidelidade conjugal, praticado na Somália – a sentença é executada enterrando essas mulheres vivas na areia, com a cabeça de fora, apedrejando-as até a morte –, nós nos impressionamos. Também nos impressionamos quando sabemos que em algumas dessas nações há, por exemplo, a prática da circuncisão em meninas, tradição cultural amplamente legitimada que não envolve qualquer procedimento cirúrgico; é feita dentro dos lares com aquilo que estiver ao alcance da mão, como faca, gilete, tesoura, canivete. Esta é uma prática legitimada nessas nações, porque, segundo eles, as mulheres desprovidas de seus clitóris serão, evidentemente, mais fiéis aos seus maridos, quando casadas, pela impossibilidade e desinteresse no próprio prazer sexual. Isso nos horroriza.

Pergunta-se: o que nos autorizaria a imaginar que na nossa própria tradição cultural, a de um país específico, determinado e datado, o Brasil, nós não tenhamos também um conjunto de práticas amplamente legitimadas e que violem com igual gravidade os direitos humanos? Se afirmarmos, diante dos muçulmanos, que é um absurdo, uma agressão à idéia dos direitos humanos, eles dirão: "Não, mas nós não entendemos assim. São práticas milenares que remontam aos tempos bíblicos". Portanto, aquilo que está escrito na tradição cultural de um povo dificilmente é objeto de reflexão, pela simples razão de que não nos perguntamos sobre aquilo que nos informa culturalmente.

A reflexão proposta, e provocativamente, é a seguinte: o que nos autoriza a imaginar que na nossa tradição cultural não sejamos também portadores de um conjunto de concepções, valores e elementos que legitimem a própria violência e a própria violação aos direitos humanos?

Vamos tentar fazer um rápido esforço de exemplificação.

Grande parte das senhoras e dos senhores aqui presentes possivelmente possui filhos; são pais, são mães. Todos vocês sabem que em nosso País, aliás, como na grande maioria dos países do mundo, convivemos com uma cultura e uma tradição cultural que autoriza pais, mães e responsáveis legais pela

guarda de crianças a baterem nelas para educá-las. É evidente que ao final do século XX já não se sustenta mais a prática do espancamento de crianças – quando falo em espancamento de crianças refiro-me àquele tipo de agressão que produz lesões visíveis, hematomas, fraturas, cortes. Não se sustenta mais isso, como não se sustenta mais que os educadores devem punir fisicamente as crianças, como se fazia no Brasil há algumas décadas, com palmatórias, castigos corporais. Ninguém mais sustenta isso, embora a Inglaterra – vocês sabem – tenha acabado com a prática de castigos corporais nas escolas públicas, em 1989, mas promova no país uma grande discussão sobre a possibilidade de retorno dos castigos físicos às crianças na rede pública, porque na rede privada continua sendo absolutamente comum.

Em vários países do mundo essa é a tradição. Pouquíssimas nações, ^[DTTR15]de fato, baniram a prática dos castigos corporais sobre as crianças – os países nórdicos, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Noruega e mais uma ou outra nação –, ^[DTTR16]tanto na escola quanto na educação familiar. Mas, eu repito, nós compartilhamos largamente na nossa tradição cultural, dessa idéia de que é preciso educar as crianças e de que a prática de bater nelas ou de puni-las fisicamente não só é necessária, como é desejável.

É curiosa essa noção, muito curiosa. Eu fico a imaginar um educador que enfrentasse o desafio de sustentar teoricamente essa pedagogia da violência moderada. Em que termos ele o faria? Imaginem uma tese de mestrado que procurasse oferecer os pressupostos éticos fundamentais para legitimar essa tese da violência moderada necessária no processo educacional das crianças.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, nós aprovamos por unanimidade, há quatro anos, na Assembléia Legislativa, uma lei que introduzia naquele Estado o Código de Proteção aos Animais. Esta lei possuía o conceito central de que não se deve ofertar dor e sofrimento físico aos animais. A lei então dispõe, por exemplo, sobre como se deve proceder no abate, de tal forma que o animal não sofra. Quais os procedimentos necessários e obrigatórios para que o animal não sofra quando do abate.

Tenho absoluta convicção de que toda a sociedade brasileira, a opinião pública, se fosse consultada sobre uma

lei dessa natureza, colocar-se-ia imediatamente de acordo. Afinal de contas, por que a nossa espécie haveria de ofertar dores, sofrimento físico aos animais, podendo não fazê-lo? Todos estariam de acordo. Mas esta mesma sociedade que se poria de acordo com essa tese seria também aquela que diria, sem vacilação, que é preciso ofertar dor e sofrimento físico às crianças para educá-las, contanto que aquele que imponha o sofrimento físico ou psicológico seja o pai, a mãe ou o responsável legal.

Talvez dentro de cem anos, eu sou otimista, as gerações futuras olhem para o nosso tempo e digam – como nós olhamos um pouco mais de cem anos atrás, horrorizados com a escravidão no Brasil – que há cem anos neste País os adultos batiam nas crianças para educá-las.

A idéia predominante que todos têm é: "Uma pequena palmada, que mal faz? Nós não apanhamos quando éramos crianças? A maioria certamente, sim. Nossos pais e nossos avós apanharam, e daí? Estamos aqui." É tão curioso isso porque um conjunto de pesquisas realizadas no mundo inteiro, por exemplo, entre as populações carcerárias européias, demonstram que a incidência da prática de maus-tratos – surras, espancamentos – entre os presos considerados de alta periculosidade é pelo menos três vezes maior do que entre aqueles considerados de baixa periculosidade. Pesquisas as mais variadas demonstram que um trauma produzido por uma violência ainda na primeira infância, entre crianças de alguns meses de idade, conduz e condiciona largamente comportamentos agressivos no mundo adulto.

Eu particularmente estou convencido de que se nós queremos enfrentar a violência num país como o nosso é preciso enfrentar primeiramente o escândalo da violência a que são submetidas as crianças brasileiras, praticamente todas, por famílias esclarecidas, de classe média, diplomadas. Esse é um ponto central quando falamos de educação para direitos humanos. É preciso enfrentar esse desafio radicalmente, e não formalmente, para que não tenhamos mais alguns conteúdos para incomodar as nossas crianças nas escolas, mas para que essa educação possa de fato disseminar uma paixão verdadeira entre as nossas crianças, de respeito ao outro, o que só pode se

entender como uma idéia moral, portanto, como uma idéia reguladora, uma idéia que expõe um princípio e, como tal, absolutamente incondicional.

Quando vamos mais além, começamos a perceber a forma como a sociedade brasileira reage diante de certos temas especialmente polêmicos. Notamos facilmente como essa noção assumida através de uma certa tradição cultural implica necessariamente desconhecimento, abandono, indiferença diante de seres humanos tidos como descartáveis.

A Comissão de Direitos Humanos, talvez alguns tenham acompanhado pela imprensa, implementou neste ano um projeto chamado Caravanas Nacionais dos Direitos Humanos. A idéia do projeto é bastante singela.^[DTPR17] Trata-se de retirar Deputados da Comissão de Direitos da dinâmica propriamente legislativa, via de regra bastante frustrante, e permitir que os Parlamentares possam percorrer o Brasil, visitando áreas, locais, instituições onde a prática de violações de direitos humanos seja mais corriqueira, sabidamente bastante usual.

Nós realizamos a primeira caravana em junho, que teve como tema a realidade dos manicômios do Brasil, dos hospitais psiquiátricos brasileiros. Visitamos sete Estados da Federação. Encontramos coisas indescritíveis em termos de violência, de abandono com aqueles que nós chamamos de loucos e que internamos atrás de muros de manicômios, via de regra, para toda a vida.

Acabamos de realizar na semana passada, a II Caravana Nacional dos Direitos Humanos, que teve como tema os presídios brasileiros. É impressionante quando nós encontramos situações, como, por exemplo, em Fortaleza, no Ceará, no bairro mais privilegiado da cidade, a Aldeota, um distrito policial, chamado Distrito Modelo, por alguma ironia cearense, onde há três salas para a custódia de presos provisórios. Encontramos 28 presos, alguns deles há seis meses aguardando sentença, aguardando, portanto, o julgamento, sem que tivessem acesso a um banho de sol, sem condições de colocar o pé fora da cela, convivendo todos eles apenas com um calção, sem camisa, sem sapato, sem nada, dormindo no chão, sem colchão, sem manta e, mais impressionante, sem que o Estado lhes ofereça comida. Esses presos nessa delegacia comem quando os familiares os visitam, familiares muito pobres que já fazem

grande esforço para se deslocar até a delegacia. Aqueles que recebem visitas recebem então quantidades de alimentos que dividem com os demais. Morreriam de fome se fosse apenas isso, mas os policiais dessas delegacias permitem que eles comam os restos das suas próprias refeições.

Encontramos em Curitiba, no Presídio Central, uma galeria de isolamento para presos, ou por infração disciplinar ou por seguro de vida. Abri uma portinhola da cela, compacta, de um preso e perguntei a ele, numa penumbra, não conseguia ver direito: "Há quanto tempo o senhor está aí?" Ele disse: "Há sete anos." Eu disse: "Não, eu não perguntei há quanto tempo o senhor está preso. Eu perguntei há quanto tempo o senhor está nessa cela." Porque sabemos que é comum o castigo máximo de trinta dias ser desrespeitado e os presos permanecerem mais tempo em isolamento disciplinar. Ele disse: "Eu estou nesta cela há sete anos." Eu disse: "O senhor sai? Tem banho de sol?" Ele disse: "Não." Eu não acreditei. Chamei o carcereiro e pedi para abrir a cela. Saiu dali um ser indescritível, de uma coloração esmaecida entre branco e amarelo, não sabia se era um cadáver que insistisse em viver ou alguma coisa parecida, barba comprida, cabelos compridos, unhas enormes. Ele não tinha televisão, rádio, não recebia visita da família. Estava ali, de fato, há sete anos, sem um banho de sol. Eu perguntei a ele qual era o Presidente da República, ele disse: "É o João Batista Figueiredo."

Nós relatamos fatos como esses à imprensa, em cada um dos Estados onde fazíamos as visitas, e foi comum ouvir de alguns jornalistas, alguns repórteres: "mas os direitos humanos só se preocupam com os bandidos?" Célebre, imbecil pergunta plantada por uma mídia imbecil neste País que convenceu tolos e imbecis por todo o País. Nós percebemos o que significa a idéia de desrespeito aos direitos humanos legitimada, amparada numa tradição cultural que permite que violências dessa natureza sejam impingidas a outros seres humanos, contanto que sejam a certos grupos amaldiçoados, discriminados, excluídos. Nada melhor do que os presos para representarem esses grupos.

Aliás, é uma postura bastante embrutecida e pouco racional porque tanto mais perversamente tratamos nossos presos, mais os nossos presídios industrializam o crime, mais

ferozes esses presidiários se tornam e mais habilitados a praticar crimes mais violentos eles ficam. Portanto, todos nós, por essa intolerância, essa indiferença coletiva, sustentamos com impostos e com o nosso dinheiro uma indústria de produção de crime no Brasil, que são os presídios brasileiros.

Falamos em direitos humanos, e gostei muito de ouvir o Dr. Gilberto Sabóia sublinhar isso. Quer dizer, não estamos diante de um desafio de explicar às pessoas a respeito das leis que existem, dos artigos da Constituição que salvagam ^[DTRR18]as garantias fundamentais, ^[DTRR19]os tratados internacionais que ninguém conhece, a começar pelos operadores de direitos; são raros aqueles que sabem qual é a realidade internacional dos direitos humanos. Não, o desafio de uma educação de direitos humanos, no meu ponto de vista, não é esse desafio formal de ensinar as pessoas a respeito daquilo que está positivado nas leis, na ordem jurídica. Isso é o menos importante. Se há um desafio à educação a direitos humanos, esse desafio é disseminar uma paixão pela idéia de que todos os seres humanos nascem livres e iguais, o que significa disseminar uma indignação diante de toda e qualquer violência praticada contra qualquer ser humano, em qualquer circunstância, em qualquer lugar do mundo.

Há uma passagem brilhante, com a qual encerro, reservando um conjunto de distâncias diante da figura histórica, admirável por um lado e bastante polêmica por outro, de Ernesto Che Guevara. Em certa oportunidade, após a revolução cubana, ele recebe uma carta de uma espanhola chamada Maria do Rosario Guevara. Nessa carta, essa espanhola pergunta-lhe se, por conta do mesmo sobrenome, não haveria a possibilidade de eles serem parentes. Che era argentino, ela espanhola; laços familiares comuns eram bastante prováveis. Ele lhe responde dizendo que não sabia se eles eram parentes, mas se ela tivesse a capacidade de se indignar com a violência praticada contra qualquer ser humano, em qualquer lugar do planeta, então eles eram companheiros, e isso era muito mais importante do que serem parentes.

Espero que estejamos aqui numa reunião apenas entre companheiros. Muito obrigado e bom seminário para todos. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR (Antoine Haddad) - Solicitamos aos senhores presentes que desliguem seus aparelhos celulares, a fim de não comprometerem os trabalhos desta manhã.

Convidamos os componentes da Mesa a se acomodarem na primeira fileira deste auditório.

Desfaz-se a Mesa de Honra para darmos início ao Seminário.

Neste momento, o Sr. Iradj Roberto Eghrari irá coordenar os trabalhos da Mesa.

O SR. COORDENADOR (Iradj Roberto Eghrari) - Obrigado. Vamos dar continuidade ao nosso seminário inspirados por essas palavras tão marcantes. Acho que vale a pena uma pequena retrospectiva, mesmo que estejamos bastante atrasados no tempo. Leva-nos à frente essa lembrança do Deputado Marcos Rolim de que procedamos a uma autocrítica, a uma auto-avaliação dos nossos próprios valores para que nos perguntemos o quanto estamos validando determinadas práticas que realmente violam os direitos fundamentais da pessoa humana. Eu acrescentaria, infelizmente na ausência do Deputado, que essas práticas ligam-se também à habitação, à saúde, à igualdade de gênero. Quantas violações essenciais estamos validando na nossa sociedade, que merecem uma crítica nossa.

[DTTR20] O Embaixador Gilberto Sabóia foi muito feliz na observação de que estamos aqui não só para ver as leis, mas para fazer uma avaliação de quanto somos capazes de transformar pessoas, corações, seres humanos, a ponto de esse bem maior, que é o ser humano, ser respeitado por todos.

Lembro também as palavras da representante da Procuradora Federal de Justiça do Cidadão de que há necessidade de mudança de paradigma. Precisamos modificar essa nossa forma de ser, de proceder.

Dando continuidade ao nosso seminário, por algumas questões práticas, teremos de diminuir um pouco o tempo que estava originalmente destinado a cada um dos palestrantes. Espero que isso seja feito sem perda do conteúdo tão importante que cada um vai apresentar. Falo isso ainda nas suas ausências, para que não seja uma descortesia. Quando já estiverem à mesa, minha tarefa passará a ser bastante ingrata. Peço encarecidamente que, se possível, limitemos a quinze minutos cada uma das intervenções dos próximos palestrantes. Com isso e com a anuência de todos vocês do auditório vamos praticamente eliminar o intervalo que tínhamos, de meia hora. Vamos diminuí-lo bastante, só levantar um pouco para esticar

os braços e as pernas e voltar a sentar, para que possamos cumprir então toda a programação prevista.

No nosso painel de agora, "Direitos Humanos: Um Desafio para a Educação", contaremos com a Profa.. Neide Nogueira, Assessora da Secretária de Educação Fundamental do Ministério da Educação, a quem convido para compor a Mesa. (*Palmas.*) Convido também o Deputado Chico Alencar, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (*Palmas.*), e o Dr. Ivair dos Santos, Assessor Especial para Direitos Humanos no Ministério da Justiça. (*Palmas.*)

Em se tratando do tema "Direitos Humanos: Um Desafio para a Educação", nada melhor do que começarmos com a própria Profa.. Neide Nogueira, que nos apresentará, sob essa ótica, como o Ministério da Educação vê esse grande desafio.

Estamos falando muito de ensino fundamental e médio, que será tema das nossas oficinas na parte da tarde. Acho que começamos muito bem agora, com a intervenção da Profa.. Neide.

A SRA. NEIDE NOGUEIRA - Bom dia a todos. Vou fazer o possível para respeitar os quinze minutos, mas gostaria que você me ajudasse a controlar o tempo. Na verdade, sendo esse tema extremamente apaixonante, é muito difícil nós nos auto-regularmos para falar apenas quinze minutos.

Vou começar dizendo da minha felicidade ao ouvir a Mesa inicial se pronunciar. Até me possibilitará manter-me nos quinze minutos, porque uma boa parte do que eu teria a abordar já foi dito pela Mesa. A minha felicidade é ver a confluência de concepções quanto à função do trabalho educativo principal, que não é propriamente a de estudar a Carta dos Direitos Humanos, mas de desenvolver uma cultura voltada para os direitos humanos. Isso aponta para a escola o seu papel principal, que é o papel educativo, voltado para um trabalho de formação ética, que nos parece ser o mais importante. A contribuição que a escola pode dar à sociedade na formação da cidadania me parece ter como ponto principal o desenvolvimento da capacidade ética dos cidadãos.

Além disso, o tratamento transversal, que já foi abordado, foi também a opção que fizemos ao elaborar os parâmetros curriculares nacionais. Vou me restringir à apresentação da forma como os parâmetros curriculares

nacionais trataram dessas questões. [DTR21] Depois, se tivermos tempo e houver outras perguntas, poderemos nos aprofundar mais no assunto.

Não sei se todos vocês já sabem, mas o Ministério elaborou, publicou e distribuiu, a partir de 1997, os parâmetros curriculares nacionais. Vou falar especificamente dos parâmetros do ensino fundamental. O Ministério fez também um referencial curricular para educação infantil e para jovens e adultos, mas vou falar de ensino fundamental, que vai da 1ª à 8ª séries.

O referencial curricular da 1ª à 4ª séries foi publicado num conjunto de dez livros pequenos, como esses distribuídos aos professores; e o da 5ª à 8ª séries foi publicado e distribuído em volumes maiores – mas todos formam um conjunto unificado. O ponto de partida para a elaboração desse material tem a ver com essa discussão. Quer dizer, houve uma decisão anterior a qualquer elaboração de proposta curricular: a assunção da posição de que o principal papel da escola é formar cidadãos, que o compromisso da escola com a sociedade é a formação da cidadania. Portanto, todas as decisões decorrem daí.

O que estudar na escola? O que ensinar na escola? Como ensinar na escola? Qual o papel de conteúdos de áreas? Que áreas? Que conteúdos? Que forma de convívio escolar propor? Todos esses questionamentos decorrem da seguinte premissa: se a escola é uma instituição pública pela qual devem, pelo menos em princípio ou em direito, passar todos os cidadãos, então sua tarefa principal é formar esse cidadão para exercer esse direito de cidadania de forma plena durante sua vida na sociedade, desde criança. Quer dizer, a idéia de cidadania não é uma idéia de futuro. Não significa que trabalhamos com cidadãos do futuro, mas com crianças, que desde já são cidadãos – aliás, sempre; ainda que cidadãos com possibilidades e necessidades diferenciadas.

Como fazer uma educação voltada para a cidadania sem que ela seja formal, sem que seja apenas uma informação a respeito de direitos e deveres, de formas de organização da sociedade?

Há uma idéia de que a educação para direitos humanos, a educação para a cidadania não se faz apenas com informação, mas também com desenvolvimento de atitudes e práticas

coerentes com aqueles princípios que regem a sociedade democrática. Todos esses princípios foram citados anteriormente: dignidade do ser humano, co-responsabilidade pela vida social, justiça, solidariedade. Esses são princípios que orientam a idéia de cidadania. Eles foram explicitamente citados e discutidos nesse material que se chama "Apresentação dos Temas Transversais", e no documento de ética.

Para dar sentido e conteúdo a esse trabalho educativo foi que se elegeram os temas transversais como parte do currículo. Nas escolas brasileiras e em quase todos os países do mundo há muito tempo já se trabalha com questões sociais, tais como a questão ambiental, da sexualidade, de direitos iguais para homens e mulheres, dos direitos de gênero e etnia etc. O parâmetro sistematizou isso tudo e propôs uma forma de tratamento dessas questões no interior do currículo, não mais apenas como projetos específicos e paralelos, mas como algo que faça parte do currículo escolar. Entenda-se por currículo tanto o conteúdo das disciplinas escolares quanto aqueles apreendidos na vivência escolar.

[DTRR22] Quer dizer, a escola é tida como uma instituição educadora. Se existe uma educação baseada na relação professor/aluno, no ensino da matemática, da história, da geografia e da língua, existe também e principalmente uma educação baseada no convívio com as relações institucionais da escola. Então, aquilo que a criança vivencia na escola, desde a hora em que nela entra – desde o "bom dia" ou não do porteiro – até o momento de relacionar-se com amigos e demais funcionários da escola, é tão educativo quanto aquilo que ela aprende com seus professores. Então, o currículo, principalmente na parte que trata dos temas transversais, abrange o tempo todo a temática do convívio escolar.

A criança aprende também sobre a maneira como a escola se relaciona com o exterior – a família dos alunos e a comunidade em geral. Se a escola se propõe a fazer uma educação voltada para a cidadania, uma educação comprometida com os direitos humanos, é preciso que ela se reja o tempo todo pelos princípios que orientam a concepção dos direitos humanos e de cidadania. É preciso então que a escola esteja sempre voltada para esse compromisso, para a análise de suas próprias práticas e se proponha a fazer um trabalho educativo.

Nesse tocante, novamente a questão dos temas transversais

traz uma proposta didática de trabalho, que prevê o tratamento dessas questões, no interior das áreas escolares, de forma planejada; um trabalho em que os professores se dediquem a eleger os conteúdos que as crianças devem aprender e a criar situações didáticas favoráveis.

Ao que me parece, vocês vão ter a possibilidade de experimentar isso nas oficinas hoje à tarde, de entender o que a matemática tem a ver com essas questões; ou seja, saber como é possível, ao ensinar matemática, ministrar noções de ética e de direitos humanos. A idéia não é que o professor deixe de ensinar matemática para ensinar ética. Pretende-se que ele, ao ensinar matemática, não deixe de ensinar ética e direitos humanos; até porque já o faz, consciente ou inconscientemente.

Outro pressuposto que orienta essa proposta é o de que o conhecimento não é neutro, as ações humanas não são neutras. Tanto os conhecimentos científicos, escolares quanto as nossas ações são o tempo todo atravessados por valores. Esses valores estão presentes, as crianças aprendem com eles a todo momento. Fazemos com que os professores se perguntem: "O que estamos transmitindo ao ensinar matemática, história e geografia? Que visão de mundo ajudamos as crianças a construir? Que tipo de relação social favorecemos na hora em que tomamos as inúmeras decisões que nos cabem, seja a respeito da organização da sala de aula, seja a respeito da escolha dos conteúdos ou de problematizar ou não os conteúdos de que tratam?"

Outro aspecto é a própria participação dos alunos na vida escolar. A idéia de direito é a idéia de uma produção social. É muito importante para a formação da cidadania e para essa luta do movimento social pelos direitos humanos que as crianças aprendam que são sujeitos desses direitos humanos. Elas não só têm direitos, porque os direitos foram produzidos, mas também são responsáveis pela continuidade da sua produção. Os direitos são históricos, vêm de uma caminhada. À medida que a sociedade e a democracia avancem, avança também a formulação dos direitos humanos.

As crianças precisam aprender isto: que a sociedade se faz com a participação de todos. E a escola pode ser um espaço para aprendizagem dessa participação social, mesmo para crianças bem pequenas. É claro que esse trabalho prevê uma

continuidade. O trabalho que se faz com uma criança de 7 anos não é o mesmo que se desenvolve com um jovem de 15 ou 16 anos, mas o espírito é o mesmo.

[DTRR23] Pretende-se que, no decorrer da escolaridade, as crianças possam desenvolver-se, tornando-se cada vez mais aptas a exercer essas capacidades, esses direitos no interior da escola, assim como a ter a aprendizagem de se perceberem como sujeitos da sociedade mais ampla – a sociedade brasileira – e da sua comunidade imediata.

O meu tempo esgotou. Vou parar por aqui, mas, por último, quero dizer também a vocês, principalmente aos professores, que todas essas idéias demandam o compromisso de vocês com elas. Elas não vão sair do papel se não tiverem a adesão e o apaixonamento de vocês, como alguém disse, já que se trata de uma paixão – e acredito que seja, porque só a paixão nos move, na verdade. Então, que se abrace essa causa, que se busque estudá-la.

Sei que a grande maioria dos professores não teve na sua formação até hoje um trabalho voltado para isso. Creio que está na hora de buscá-lo, inclusive reivindicando dos responsáveis pela educação de professores a contemplação dessas questões nos trabalhos de formação continuada, a qual espero que deva ganhar cada vez mais espaço nas nossas redes públicas.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Iradj Roberto Eghrari) - Agradeço à Profa. Neide Nogueira as palavras. Ela apresenta aos professores aqui presentes uma responsabilidade dupla. A primeira delas é de que este mundo precisa agora de atos e não de palavras, e o exemplo do professor, sua maneira de agir e o próprio exemplo da escola vão demonstrar, no dia-a-dia, o que significa o universo de valores. Como o professor que não dá bom-dia ao porteiro da escola vai querer exigir que o aluno passe a lhe dar bom-dia? Como o professor que não respeita pequenos detalhes do que significam igualdade de gênero, igualdade de raça vai querer falar que negros, brancos e índios são iguais?

Então, a responsabilidade não se encontra apenas na technicalidade, segundo entendi das palavras da Profa. Neide. Temos muitos estudantes de Pedagogia presentes, e é importante que estudem esses parâmetros curriculares nacionais, conheçam

o que significa o trabalho hercúleo que o Ministério da Educação fez, oferecendo, então, um horizonte à comunidade escolar. E há um livro, um compêndio específico sobre a questão de ética, que foi o Volume 8, apresentado pela Profa. Neide.

Vamos ter espaço para perguntas. Ao final da exposição, daremos dez minutos para um bate-bola rápido: perguntas curtas e respostas rápidas para aqueles que queiram manifestar-se.

Passarei a palavra ao Deputado Estadual Chico Alencar, pelo Rio de Janeiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que tem, ao longo desses últimos anos, realizado um trabalho na área de direitos humanos. Inclusive, recentemente, na Conferência Nacional de Direitos Humanos, ocorrida no último mês de maio em Brasília, aqui na Câmara Federal, pôde compartilhar conosco algumas dessas experiências no campo prático.

Então, agora, para que se reporte à questão da educação, de como os direitos humanos vêm sendo trabalhados no processo educativo, passo a palavra ao Deputado Estadual Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR - Obrigado, Presidente. Bom dia a todos da Mesa e do plenário.

Vou começar praticando aqui a rotina do desrespeito aos direitos humanos. Um dos hábitos brasileiros é o do "sabe com quem está falando?" Vou, primeiro, em minha autodefesa, dizer que não sou Deputado, mas estou Deputado, e sou, com muita honra, orgulho e pouco dinheiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sem reajuste há seis anos.^[DTTR24] Pena que o Embaixador já tenha ido embora. (Palmas.)

Por outro lado, ainda em relação ao "sabe com quem está falando?", jogo a bola para vocês: quero saber com quem estou falando, e será muito rápido. Quem aqui ainda é apenas estudante de Direito, Pedagogia, de nível médio? (Pausa.) Quem é trabalhador da educação, professor, professora? (Pausa.) As demais minorias - por favor, não é discriminação - ficaram apequenadas diante deste quadro predominante. Isso é para situar melhor a conversa entre companheiros e companheiras.

O Marcos é jornalista, educador e está Deputado. Uma pessoa comentou: "Ele é tão inteligente." Aparentemente, fala-se: é Deputado, mas é muito inteligente. No Rio de Janeiro,

volta e meia, tenho de justificar: sou Deputado, mas sou honesto, não quero o auxílio-moradia e essas coisas da degeneração política que nos avassala.

(Não identificado) - Não estão inteligentes.

O SR. CHICO ALENCAR - Exatamente.

O Marcos me fez lembrar o início de um filme. A linguagem do cinema e da arte sempre comunica muito, porque fala exatamente, como a Neide lembrou, à emoção, à paixão. Se não me engano, o filme se chama "Danton, le Procès de la Revolution" - "Danton, o Processo da Revolução". Acho que a versão foi essa, embora as traduções de títulos de filme sejam, às vezes, surpreendentes. Lembro de "Harold and Maude", que virou "Ensina-me a viver". Um amigo meu, pouco letrado, falou: "Bom, Harold quer dizer "ensina-me" e Maude, "a viver".

O filme "Danton" começa com uma cena patética. Após a Revolução burguesa Francesa, um menininho é chamado a recitar os artigos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Quando sua memória falhou, a palmatória funcionou. Então, é o paradoxo, a contradição que nos governa até hoje: as intenções, o dito, o discurso em uma direção; a prática e as ações, em outra.

Creio que esse é o grande desafio da educação em direitos humanos, que são o senso comum, consensualmente aceitos. Ninguém vai declarar que é contra todos os seus princípios. Entretanto - a Neide fez referência a isso - há o que alguns chamam de currículo oculto em nossas escolas, que faz com que não apenas discriminemos o outro, não dando bom-dia apenas ao zelador da escola, mas ao trocador do ônibus, ao jornaleiro, que, aliás, quando recebe um bom-dia, um gesto de afago, assusta-se, porque também está embrutecido com a rotina da insensibilidade. Mas ninguém defende isso teoricamente. Na prática, entretanto, o nosso cotidiano é permeado pelo currículo oculto que reifica, cristaliza, confirma, reproduz a desigualdade e a desumanidade.

É preciso que reinventemos a educação. Sim, é verdade, podemos olhar para cem anos atrás e dizer: as coisas mudaram, não há mais contratos entre senhores e escravos, garantidos pela Constituição, como ocorria na Constituição Imperial. Hoje, a universalização do ensino, como destacou muito bem o

Embaixador, é uma realidade. Atualmente, no Brasil, existem menos de 3 milhões de crianças fora da escola em idade escolar e 22 milhões de analfabetos adultos, funcionais ou não. É pouco em relação a alguns anos, embora ainda seja muito, porque lugar de criança, sem exceção, é na escola.

[DTTR25] Há avanços inegáveis. Entretanto, que educação efetivamente está sendo operada nas unidades escolares do Brasil inteiro? Aí, mora nossa reflexão. Por aí temos de trabalhar. Que tipo de educação estamos implementando?

Para debate, diria que a educação escolar brasileira ainda é fundamentalmente bancária, isto é, para usar a terminologia do nosso grande Paulo Freire, a criança é um papel em branco que chega na escola, onde nós, educadores, vamos escrever de forma indelével tudo o que ela precisa saber. Ela não é portadora de nada aproveitável pela escola. A educação bancária é onde depósito aqueles valores, que, com o tempo, vão render alguma coisa – ainda mais na terra dos juros escorchantes.

Ora, na verdade, essa educação não educa para os direitos, mas consolida a escola como espaço da audição e da repetição à crítica. Não há alunos, mas papagaios, sem seus direitos de animais respeitados. O professor não é um educador, que, ao educar, educa-se também, como insistia o nosso bom Paulo, mas um adestrador ou um "educastador". Essa ainda é a realidade predominante, e eu, professor de universidade, de vez em quando ainda me pego praticando-a, mesmo com todos os compêndios acadêmicos. Quanto menos o aluno entender, melhor; quanto mais sair fumacinha da sua cachola, ao ler um texto, mais estou trabalhando bem. Ilusão, fantasia, mentira.

Precisamos acabar com a farsa educacional no Brasil. Não basta a escola antiga, tão reclamada pelo velho mestre Darcy, de ler, escrever e contar. É preciso escola que não apenas desenvolva a inteligência, mas, como a escola de Ana e Marcos Rolim, sobretudo impulsione a razão, fazendo cada um de nós, inclusive os educadores, pensar sobre o nosso próprio pensamento. Essa é a escola libertadora, que pode não transformar a sociedade, porque isso é uma falácia, mas é indispensável para a transformação social duradoura. De novo, cito Paulo Freire: a escola não transforma a sociedade, mas,

sem a boa escola, a sociedade não se transformará de forma duradoura.

A educação, portanto, para os direitos é de confronto ideológico. Hoje a nossa juventude está sendo intoxicada pela ideologia do consumo capitalista, um valor extremamente poderoso. Aprendi algo com o belíssimo livro de Marcos Rolim. Aproveito para fazer um pouco de **merchandising** na Casa. Suponho que haja o livro aqui. Há uma parte que trata exatamente de direitos humanos e da nova política, em que é citado Cornelius Castoriades, dizendo que o fim do século e do milênio marca a vitória da TV e da metralhadora, que outro dia desfilou nas mãos de um menino aqui em Brasília, pedagogicamente, e contra a vitória da soberania popular e da responsabilidade do cidadão.

Esse é um dado da realidade. Nunca vivemos uma civilização tão materialista como esta, onde ter coisas é o grande desejo inoculado diariamente na cabeça de nossos jovens. Muitas escolas – as particulares, evidentemente – já aboliram o uniforme no ensino médio, porque ele não é mais necessário, já que nossas crianças e nossos jovens e adolescentes estão todos uniformizados, vestindo-se da mesma maneira, mesmo sem uniforme escolar.

Em meus quatro anos de Colégio Marista, no Rio de Janeiro, **Pro Deo et Patria**, Por Deus e pela Pátria, e depois no Colégio Pedro II, colégio padrão, usei uniforme. ^[DTR26] Não se precisa mais de uniforme. Eles também estão padronizados em seus gostos e anseios, estão sendo "videotizados", cercados e condicionados pela desumanização reinante no século das coisas.

O século XX produziu mais objetos do que toda a história anterior da humanidade, o que pesa muito e significa a deificação, a messianização do mercado e da mercadoria. É nesse ambiente cultural que temos de trabalhar a educação dos direitos humanos, reinventando a escola e ressignificando-nos como educadores. Todo mundo é educador, seja o professor de sala de aula, seja aquele que lida com questões sociais. Todas as nossas atividades cotidianas têm elemento educativo inerente a elas.

Direitos humanos, como paradigma, são fundamentais, mas

não temos de achar que é simples e fácil, porque isso significa operar na contra-hegemonia dos contravalores dominantes e educar para a cidadania ativa, que é diferente da cidadania passiva, que é ter documentos, alguma noção de direitos, mais formal e jurídica do que real, vacinar o filho, saber que todo mundo deve cuidar da saúde, saber cantar o hino inteirinho, apesar de ele ser cumprido e, às vezes, incompreensível em sua linguagem mais barroca. De qualquer forma, isso é cidadania passiva e elementar.

A cidadania ativa é também enfrentar outro fenômeno lúgubre do final do século, como denuncia o historiador Eric Hobsbawn: a absolutização do presente, a perda da dimensão histórica, a desconstituição de cada um de nós e, por consequência, dos nossos jovens e da capacidade de sermos todos sujeitos da história. Os caminhos do mundo e da sociedade seguem rotas sobre as quais não temos nenhum controle.

O Presidente do Banco Central alemão reconheceu que, no mundo de hoje, as 300 ou 400 grandes empresas transnacionais, inclusive da publicidade, governam, e os governos só administram. E nós, que não somos isso tudo, temos de recuperar – senão os direitos humanos serão falácia – a dimensão de sujeitos da história.

Para encerrar, acredito ser fundamental recuperar aquilo que Leonardo Boff destacou muito bem no belíssimo livro "Saber Cuidar": o sentimento de pertença. Temos de redescobrir que pertencemos à humanidade na era do individualismo como valor máximo e do egoísmo como virtude, nos tempos da egolatria, quando a pessoa só vale se tiver sucesso, prestígio e dinheiro. Não é à toa que Ronaldinho, que não precisa nem mais jogar futebol, estava na parada de 7 de Setembro. E o menininho armado. Aquilo é emblemático do que é predominante como valor no Brasil de hoje. O sucesso, os símbolos, os exemplos se sucedem e têm pouca duração: são os símbolos sexuais, da beleza, do prestígio, do sucesso, do poder. Parece que vivemos numa imensa ilha de **Caras**, mas quem vê cara não vê coração da humanidade e não pode restabelecer o primado dos direitos humanos.

O sentimento de pertença é algo que o psicanalista

Jurandir Freire Costa também destaca como terrível nestes nossos tempos. Todos somos educados para a irresponsabilidade em relação a nós próprios e para o alheamento em relação ao outro. Não é por acaso que nossa garotada, meus filhos inclusive, usa muito a expressão "tô na minha, fica na tua". Não temos mais a dimensão do companheirismo e do nós. Isso é grave, é o enfrentamento.

Meu tempo já se esgotou. Pensei que haveria um tempo maior, mas entendo as dificuldades. É importante ver que, apesar de tudo, este discurso não é pessimista. Frei Beto destaca alguns pontos no livro sobre direitos humanos, que espero seja trazido pela editora, em que há vários artigos de pessoas muito interessantes. O meu papel foi fazer uma análise mais geral e pedir às pessoas que escrevessem alguns artigos. O Marcos Rolim e o Beto vão por uma linha parecida ao falar das três gerações de direitos, uma conquista. Felizmente, foi-nos dado viver neste tempo em que a barbárie começa, pelo menos teoricamente, a ser superada.

[DTTR27] Desde os direitos burgueses, das revoluções do século XVIII, afirmam o primado da liberdade individual contra as ordens feudais e o poder aristocrático hereditário, ainda abençoado pelo direito divino no século passado, em função da fundamental presença no mundo das idéias socialistas, das propostas dos utópicos, dos científicos, de Marx, do manifesto comunista, sesquicentenário também. Há a afirmação da igualdade.

No século XX, o nosso século que já vai indo embora, há a afirmação dos direitos de solidariedade. O tema da penúltima Conferência de Direitos Humanos foi: "Sem direitos sociais, não há direitos humanos". Isso é uma conquista deste século, uma conquista teórica, ainda pouco prática, mas como desafio.

Encerro citando fato que me comoveu bastante: ao convidar pessoas para ajudar a fazer esse livro de direitos mais humanos, contatei um grande amigo chamado Pedro Casaldáliga, catalão, cidadão do mundo, que, em vez de báculo e mitra, usa sandália de dedo e fica lá no Araguaia. É um poeta, um revolucionário, um místico, um homem dos direitos humanos. Ele escolheu artigo do qual nunca me tinha dado conta, o art. 6º da Declaração dos Direitos Humanos, que é pequeno e estabelece – não sei se há no material do seminário cópia da Declaração – que todo ser humano (prefiro ser humano a homem, porque é uma

discriminação com as mulheres, há cinquenta anos ela existia) tem o direito, em qualquer lugar, de ser reconhecido como pessoa. Creio que isto é a síntese: educar é humanizar. Se conseguirmos, no projeto de direitos humanos, inculcar, em nós mesmos e em nossas crianças e jovens, a consciência de pessoa, teremos dado grande passo.

Termino, então, com Pedro, que fez um texto tão bonito que colocamos um trecho dele na contracapa do livro, falando sobre o art. 6º:

Depois de aprender a soletrar mamãe, papai e talvez lua, as crianças do mundo inteiro aprenderão a soletrar pessoa, e, numa canção de ninar, com música herdada de Milton Nascimento ou de uma flauta andina, as crianças do mundo inteiro cantarolarão: "p" de povo, "e" de esperança, dois "s" de solidariedade, que é plural, "o" de oração, "a" de amizade, alegria, amor. E a criança judia dirá aleluia; a criança cristã dirá amém; a criança muçulmana dirá Alá; a criança indígena cantará sauidi; e a criança negra gritará axé, mas todas elas com voz de pessoa, com o único e plural e maravilhoso sotaque de voz humana.

Assim seja. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Iradj Roberto Eghrari) - Dando continuidade à sessão de **merchandising** - não é **merchandising**, faz parte do nosso programa, mas não saiu impresso -, haverá o lançamento do livro do querido Chico Alencar ao final da sessão da manhã, às 13h, aqui mesmo neste saguão.

Agradeço ao querido Deputado Chico Alencar as palavras, principalmente chamando atenção dos educadores de todas as diferentes linhas, do ensino jurídico, da escola, do ensino fundamental, do médio, os operadores, os da segurança pública. Na realidade, a visão do ensino bancário é o que leva à visão materialista. Ela insiste na visão materialista, porque, simplesmente, perpetua aquilo que é a visão do então educador que crê ter toda a verdade em sua mão. Talvez possamos contrapor outra visão, que me é inspirada a partir do texto de D. Pedro Casaldáliga, de que possamos ver conforme um grande sábio persa, Bahá'u'lláh, disse no século passado: o homem é uma mina rica em jóias de inestimável valor, e somente a educação tem a capacidade de extrair esse potencial.

[DTTR28] Então, a função do educador passa a ser o contrário, isto é, a de educador que não coloca jóias dentro da mina, mas que explora a mina, trazendo esse potencial para fora, fazendo revelar a capacidade de cada ser humano, para que cada pessoa possa revelar-se em sua plenitude.

Chico, muito obrigado pelas palavras.

Vamos terminar este primeiro painel convidando o Dr. Ivair dos Santos, Assessor Especial para Direitos Humanos, do Ministério da Justiça. O nosso querido Ivair é pessoa extremamente comprometida com a questão dos direitos humanos e tem trabalhado em várias vertentes como assessor especial do Ministério.

Acredito que ele vai poder dar-nos uma visão bem ampla, por isso, deixamos seu pronunciamento, propositadamente, para o final, no sentido de que possa dar-nos o fecho do desafio educacional, que são os direitos humanos, em suas diferentes vertentes, seja no ensino na escola, seja no ensino jurídico, seja na área da segurança pública. Como podemos enfrentar esse desafio conforme a visão de integração?

Passo a palavra ao Dr. Ivair.

O SR. IVAIR DOS SANTOS - Bom dia senhoras, bom dia senhores, Dr. Iradj Roberto Eghrari, Deputado Chico Alencar, Sra. Neide Nogueira. Quero também cumprimentar alguns amigos que estão na platéia, como o Dr. Luciano Maia; a Dra. Márcia Vige, do Ministério Público da Bahia; a Dra. Piovesan, da PUC de São Paulo, nossa colega; o nosso querido procurador da Universidade Metodista de Piracicaba; a Dra. Genevois, nossa grande mestra; a nossa querida Nazaré, da Paraíba; o nosso querido amigo Pedro Montenegro, de Alagoas; os Conselhos, como o da Mulher e o dos Deficientes, que estava aqui presente; e os professores.

A minha exposição vai ater-se um pouco àquilo que a Secretaria dos Direitos Humanos desenvolveu no campo da educação em direitos humanos nos últimos anos. O Prof. Sabóia, na exposição, deu claramente as diretrizes com as quais trabalhamos esse tempo todo. Vou fazer um pequeno relato, dando a idéia de alguns problemas que enfrentamos e do volume de situações que criamos para poder propiciar a educação para direitos humanos.

Um pouco antes do Programa Nacional de Direitos Humanos

ser lançado, praticamente já se colocava na Secretaria, de maneira muito clara e muito presente, a necessidade de se fazer capacitação em direitos humanos, e, desde o princípio, ficou claro que deveria compreender um grupo de pessoas o mais heterogêneo possível, ou seja, que abrangesse lideranças comunitárias, policiais civis, policiais militares, professores.

[DTR29]E, aos poucos, fomos conseguindo desenhar. O primeiro público que se apresentou para discussão sobre a questão dos direitos humanos foi a Polícia Civil e a Militar. E alguns já com propostas muito antigas. A Polícia Federal, há mais de dez anos, já desenvolvia um núcleo de educação em direitos humanos, no curso de formação que era ministrado aos delegados. Fomos, então, fazendo parcerias com várias entidades não-governamentais no País e aceitando das ONGs que elas apresentassem o modelo com que elas trabalhavam. Definimos que não íamos impor o tipo de modelo a seguir para o ensino de direitos humanos.

E, no leque de opções que se apresentou à Secretaria, algumas questões ficavam mais ou menos claras. A primeira delas é que, em relação ao conteúdo, havia sempre presente a necessidade de as pessoas registrarem um pouco a história dos direitos humanos, de se fazerem referências à Constituição Federal e a algumas legislações. E, por outro lado, havia outra corrente que se preocupava em dar uma noção geral sobre as questões de direitos civis, políticos e sociais. Fazia-se uma introdução das comissões internacionais, mas se dava voz aos diferentes grupos vulneráveis à discriminação. Então, eram convidados portadores de deficiência, o Movimento **Gay**, o Movimento de Mulheres. Em cada um dos momentos, era dada a palavra a essas pessoas, para que elas pudessem expor de maneira simples e objetiva as tarefas que apresentavam de maneira clara em relação à questão dos direitos humanos.

Percebemos gradativamente que o modelo adotado, principalmente junto aos policiais civis e militares... Primeiro, partiu-se do pressuposto de que eles também eram educadores. Então, quebramos a primeira barreira da desconfiança e até da tensão que se tinha inicialmente. Demos a eles o tratamento de educadores, quer dizer, antes de mais nada, eles não eram só defensores de direitos humanos, mas

tinham o papel de promover os direitos humanos. Então, era um processo em que procurávamos sensibilizá-los sobre as questões dos novos paradigmas sociais. Não entrávamos nas questões do campo de Direito, mas nas questões psicológicas, nas questões que eles enfrentavam, no dia-a-dia, como cidadãos comuns.

Esse modelo mostrou-se como modelo efetivo de compromisso dos policiais. Nesse papel, a parceria principal foi com o Prof. Ricardo Balestreri, do Rio Grande do Sul, que foi dirigente da Anistia Internacional e também é dirigente da CAPEC. E fizemos com ele algumas publicações, e duas delas são estas: "Direitos Humanos: Coisa de Polícia" e "Um Sentido para a Educação". Então, fizemos grande quantidade dessas publicações, para servir de material de apoio junto aos educadores, em especial em relação à questão dos policiais.

Mas as experiências que foram apresentando-se também nos trouxeram novos elementos, em especial a experiência de uma entidade de mulheres, TEMIS, em Porto Alegre, que trabalhava na formação de promotoras legais populares. O que era? Eram lideranças comunitárias que, durante um período de seis meses, recebiam conhecimentos sobre sistema judiciário, sistema jurídico. Eram apresentadas aos delegados, ao Ministério Público, ao juiz, o que criava uma aproximação entre a comunidade e o sistema de garantia de direitos.

[DITR30] Essa experiência foi muito exitosa, e nós a reproduzimos em mais oito Estados, não mais só com as mulheres, mas também com o Movimento Negro, o Movimento de Mulheres e o Movimento de **Gays**, Lésbicas e Travestis. Mas reproduzimos a experiência realizada pela TEMIS, em Porto Alegre, nos Estados de Pernambuco, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Mato Grosso do Sul, com grupos diferenciados. Pudemos acompanhar que, na aproximação do sistema de garantia de direitos juntamente com as lideranças dos diferentes movimentos, houve um momento especial de crescimento da comunidade e também das autoridades.

Além disso, houve necessidade, em alguns momentos, de investimento maior sobre alguns temas específicos, como o combate à discriminação racial, a questão da escola inclusiva, a questão dos portadores de HIV. Inclusive está aqui presente a Dra. Cláudia, da Rede de Direitos Humanos, do Ministério da Saúde, que tem papel importante no programa exitoso de combate

à AIDS no País.

Nesses trabalhos todos com as ONGs, ficou caracterizado que é fundamental, se pretendemos trabalhar com a questão dos direitos humanos, estabelecermos um diálogo permanente com entidades não-governamentais. Mas o mais importante dessa lição – aprendi isso com alguns trabalhos, em especial com pessoas de João Pessoa –, é que não se trabalha com direitos humanos sem mudar um pouco de você. Você não é uma pessoa acabada que pode chegar numa sala de aula e falar abertamente de todos os problemas se não estiver disposto a mudar um pouco seu comportamento, sua atitude em relação a alguns preconceitos que tem. Não estou definindo um tipo de preconceito. Posso colocar no leque de preconceitos desde trabalhar com as Polícias Civil e Militar até o preconceito de trabalhar com crianças e adolescentes. Se se vai trabalhar com direitos humanos, é preciso ter clareza de que se está disposto a fazer uma mudança em si mesmo. Não se deve esperar mudanças só do outro lado.

A outra grande lição foi que as universidades tornaram-se uma alternativa importante para trabalhar a temática de direitos humanos. E estabelecemos algumas parcerias com algumas universidades, como a Universidade Federal de São Carlos, no Estado de São Paulo, a Universidade de Brasília, a Universidade de Pelotas, a do Rio Grande do Sul, a Federal de Goiás e a Federal da Paraíba.

Essa experiência com as universidades apontou que, primeiro, a questão dos direitos humanos não está afeta exclusivamente aos alunos que estudam Direito, mas a todo o corpo da universidade. Então, é fundamental que haja envolvimento dessas universidades públicas e privadas na discussão e na temática dos direitos humanos. As universidades estão em andamento, e, provavelmente, nos próximos anos, haverá uma multiplicação muito grande de universidades que se comprometam a trabalhar a questão dos direitos humanos nos cursos de extensão universitária, como tema fundamental, não como tema episódico, mas permanente, que possa oferecer créditos, como tem sido o caso das universidades com que fizemos parcerias.

Outra questão importante é que, nesse processo de

trabalho, contamos com o acúmulo da experiência da Rede de Educação de Direitos Humanos, da Dra. Margarida Genevois, que está aqui e todos conhecemos. Foi fundamental quando estendemos esse trabalho num projeto chamado serviço civil voluntário, que envolvia jovens adolescentes. Capacitava-se as pessoas para que pudessem capacitar outras. E, nesse momento, foi importante a parceria com a Dra. Margarida Genevois, que, com larga experiência nacional e internacional, pôde construir essa nova etapa.

Outro trabalho que desenvolvemos de maneira consciente e muitas vezes muito mais militante do que profissional foi a produção de materiais sobre direitos humanos. [DTTR31] Para se ter uma idéia, conseguimos produzir, somando todos os exemplares de publicações, como esta de legislação, esta sobre cidadania de Pernambuco e esta sobre a questão do trabalho, mais de 4 milhões de exemplares. Então, vocês podem imaginar o que significou fazer um trabalho de distribuição pelo País afora desse material, ou seja, foi um trabalho intenso e muitas vezes gratificante saber que, quando eles recebiam o livrinho do Ricardo Balestreri, era uma grande referência para o trabalho deles.

Agora, ficou evidente, no País inteiro, a necessidade de se dar oportunidade para que experiências locais possam ser trazidas. Cito o exemplo da Paraíba, no caso da Nazaré, que coletou e registrou todas as experiências sobre direitos humanos realizadas em João Pessoa e no interior da Paraíba. Esse registro possibilitou ser o primeiro documento do Estado, saindo fora do eixo Rio/São Paulo, em que você podia ter uma visão do universo que trabalhava com relação à questão dos direitos humanos. Isso é fundamental, bem como a grande produção de manuais e guias que os Estados produziram. Digo Estados, porque Estados como Piauí, Pernambuco, Paraíba e Bahia, que estão fora do eixo Rio/São Paulo, produziram excelente material, de nível de qualidade muito acima da média e que poderia ser estendido aos outros Estados, inclusive como intercâmbio.

Como já foi dito, o meu tempo está terminando, e vou adentrar um pouco a respeito do saldo do trabalho de se capacitarem dezenas de milhares de pessoas, de trabalhar com a Polícia Federal na discussão dos direitos humanos, trabalhar com educadores, trabalhar com ONGs em relação aos direitos

humanos. Quais são os desafios que se interpõem a partir desse trabalho que fizemos ao longo desses últimos quatro anos? Algumas lições são muito simples, como diria o nosso querido Prof. Roberto, da UnB, e beiram um pouco a ingenuidade.

Então, quero que vocês façam o exercício de serem ingênuos comigo também, porque alguns temas são tão delicados que as pessoas se recusam a discuti-los e a conviver com eles. Por exemplo, o tema da sexualidade. Trabalhar o tema dos homossexuais é tarefa muito difícil e exige mudança nossa de comportamento e também do respeito em relação aos outros. É difícil você ter uma pessoa que domine todos os assuntos. O diálogo com o Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis é profundamente necessário e importante. Cito o exemplo do Cláudio Nascimento, no Rio de Janeiro, que fez um trabalho excelente na Polícia Militar, discutindo a questão de maneira aberta, ou seja, você imagine um homem chegar aqui e dizer "eu sou **gay** e vou falar com vocês", quando só há homens e policiais militares. Então, sua coragem de estabelecer essa relação foi importante.

A outra questão importante é a dos portadores de necessidades especiais. Embora seja assunto recorrente, pude aprender e muito, com os portadores de deficiência mental e auditiva, o quanto desperdiçamos quando há falta de conhecimento entre nós e eles. E, de fato, uma escola inclusiva não é uma mera integração das pessoas portadores de necessidades especiais em uma escola. O que implica a mudança da escola? As mudanças, repito, são muito mais nossas e têm a ver com o nosso dia-a-dia.

A outra questão fundamental é a convivência com religiões diferentes. Pude aprender com os bahá'ís, com os evangélicos, com os metodistas, com as religiões afro-brasileiras, com os espíritas que o tratamento do sagrado não pode ficar longe da discussão dos direitos humanos.

[DTR32] Quando visitei um bispo de uma igreja da Assembléia de Deus, no Rio de Janeiro, para discutir a questão de direitos humanos, ele me disse que havia ficado numa situação muito delicada quando houve uma chacina na favela e boa parte das vítimas mortas pertenciam à Assembléia de Deus. E ele ficou sem saber como trabalhar a questão. O que me chamou a atenção foi o seguinte: muitas vezes, aquelas mãos que carregam a Bíblia são as mesmas mãos que acabam agredindo a

mulher em casa. Como se trabalha a questão da violência doméstica sendo eu um religioso? Como trabalho a questão dos direitos humanos na medida do possível? Então, a comunidade religiosa também precisa ser trazida para a discussão dos direitos humanos.

Deixei por último a questão racial, para fazer algumas observações. Desculpem-me por haver extrapolado o tempo em três minutos. Estamos na véspera de um grande fato mundial, a III Conferência Mundial sobre Racismo, na África do Sul, a ser realizada no próximo ano. O Brasil está preparando-se para fazer grandes encontros nacionais, vai participar de encontro regional no Chile, no final deste ano, e, no próximo ano, deverá participar da conferência com ampla delegação, a fim de discutir a questão. Esse será o momento especial de se discutir muito a questão da discriminação racial. Na semana passada, a convite da Comissão de Direitos Humanos, estive na África do Sul participando de conferência nacional sobre racismo nos direitos humanos. E eles me deram mais uma lição. Embora o **apartheid** tenha terminado, a questão dos direitos humanos está sempre presente. É preciso que as pessoas mudem para que se possa manter o diálogo de maneira presente. E a questão racial não é exclusiva da população negra. É uma necessidade de uma sociedade multirracial, necessidade do compromisso de todos aqui para discutir isso mais abertamente. Digo mais abertamente porque há a tendência mundial de fazer a comparação muito simples entre o tráfico de escravo e o holocausto dos judeus. A tragédia do tráfico com o que foi o holocausto, e a tragédia do racismo hoje com o **apartheid** ontem. Se formos à África do Sul hoje e perguntarmos a uma pessoa não negra se ela tinha conhecimento da existência do **apartheid**, ficaremos assustados, porque a maioria não sabia. A maioria dos brancos iria dizer que não sabia da existência desse tal de **apartheid**, que era tão prejudicial. E, se perguntarmos para a maioria dos brasileiros se eles conhecem os danos prejudiciais do racismo à população negra, eles dirão que não sabem também o quanto isso destrói a vida das pessoas.

Então, no final de minha exposição, desejo dizer que, se os senhores vieram até aqui hoje para dar um passo para discutir a questão dos direitos humanos, não se iludam. Os senhores precisarão de uma transformação própria. Aprendi isso

muito e desejo destacar que algumas pessoas me ensinaram como seu exemplo de vida. A Nazaré Zenaide, com a sua humildade de trabalhar o bumba-meu-boi em João Pessoa, mostrou-me que há horas em que precisamos dar um clique em nós próprios com relação à questão de direitos humanos. A Amparo, que hoje trabalha com o grupo Tortura nunca mais, em Recife, disse que, na hora em que precisou da ajuda da Polícia, também teve que se transformar de alguma maneira. Ela foi torturada, militante. Pessoas, como o Pedro Montenegro, que conseguiu trabalhar com a Polícia Militar de Alagoas, também me deram exemplos concretos da nossa humildade em relação a essas questões. O nosso querido falecido policial militar Nazaré Cerqueira, do Rio de Janeiro, também me deu exemplos concretos de quanto

temos que pagar muitas vezes para poder trabalhar a questão dos direitos humanos. E também os vários religiosos.

[DTTR33] Encerrando, peço aos senhores um simples gesto, mas importante e que pode significar muito na luta pelos direitos humanos no Brasil. Temos um amigo, boa parte conhece, o Luiz Mott, da Bahia, defensor intransigente da luta pelo Movimento **Gay**, que vem sofrendo várias ameaças de morte. Sofreu ameaças no Ceará, na Bahia. Seria importante um gesto solidário, uma carta de solidariedade à pessoa do Luiz Mott. Tenho certeza de que não só ele, mas o Movimento **Gay** irá se sentir muito fortalecido em saber que os educadores de direitos humanos preocuparam-se com a luta isolada de um baiano que está correndo perigo de vida. Seria importante também que os amigos da Anistia Internacional de todo o País – não necessariamente de São Paulo –, que muito contribuíram, se manifestassem de maneira aberta nesse nosso ato de solidariedade. Pode ser uma carta, um abraço, um telegrama, um **e-mail**. Os senhores não fazem idéia de quanto isso é importante e implica mudanças nossas, para podermos entender que a luta do Luiz Mott, essa luta dos travestis, dos **gays**, das lésbicas, tem a ver com cada um dos senhores aqui presentes. Não existe discriminação que se possa achar maior ou menor. A lição que aprendemos em direitos humanos é a de que não existe uma maior ou menor discriminação. Todas elas irão nos afetar, a nossos filhos, a nossos parentes, a amigos. E se queremos entrar na educação de direitos humanos para fazer um passeio intelectual, não percamos tempo! É necessário um compromisso de fé. E, se necessário, vou repetir 500 vezes: as pessoas são profundamente preconceituosas. Já ouvi muita bobagem, muito absurdo quando se fala em educação de direitos humanos. Vi muitas professoras discriminando crianças porque estavam mal vestidas. Vi muitas pessoas não querendo conversar com aquela criança porque ela tinha sinais de ser **gay**.

É necessário, então, termos um pouco de humildade e de compromisso para trabalharmos em educação de direitos humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Iradj Roberto Eghrari) - Agradecemos ao Dr. Ivair dos Santos as palavras e o reforço do chamamento de que quem quer trabalhar em direitos humanos precisa primeiramente abandonar seus próprios preconceitos, precisa transformar-se. E essa transformação é uma árdua tarefa, que exige muito de cada um de nós. E faço esse reforço porque as próprias organizações não-governamentais vêm ao longo do tempo aprendendo também a deixar de lado o preconceito de dizer que não trabalha com Polícia, com Governo, com "a", "b" ou "c", porque estão sozinhas. Isso também não existe. Estamos vivendo num mundo cada vez mais integrado e precisamos perceber que estamos juntos na defesa do nosso próprio povo, do nosso próprio País, e por que não aumentar essas fronteiras do próprio planeta. Então, não existe governo "a", "b" nem instituição "a" ou "b" que não queira trabalhar ou tenha preconceitos com relação a ela. Essa colaboração e esse lembrete do Dr. Ivair são muito importantes, e este próprio seminário é uma manifestação disso. As Mesas, como os senhores podem ver, estão compostas por pessoas ligadas ao Governo, a ONGs, a outras linhas de trabalho e não se está buscando uma hegemonia de pensamento. A nossa idéia é exatamente levar à reflexão e ao debate.

Por falar em debate, estamos um pouco atrasados, e havia prometido à Mesa dez minutos de debates, mas vou ter que restringir um pouco mais o tempo. Assim sendo, proponho o seguinte: três perguntas e três respostas. Aqueles que desejarem formular alguma pergunta venham até o parlatório e assim o façam. Que apresentem a sua pergunta ou façam o seu comentário, sendo breve, suscitando o debate na Mesa para que cada um dos três palestrantes possa responder.

[DTTR34] Há algum candidato? (*Pausa.*) As três pessoas que se manifestaram podem se dirigir ao microfone, ficando as demais em fila para formularem suas perguntas.

Peço que cada um se identifique ao microfone, pois esta reunião está sendo gravada.

O SR. MÁRCIO KOSAKA - Sou Márcio Kosaka, Presidente da Estruturação Grupo Homossexual de Brasília. O que desejo falar

neste momento creio que o Dr. Ivair já o fez com muita propriedade. A questão de direitos humanos passa necessariamente pelos homossexuais. Antes da fala do Dr. Ivair, estava um pouco incomodado, porque nós, **gays**, lésbicas e travestis, estávamos invisíveis. Na fala dos companheiros da Mesa falava-se em igualdade de gênero, que é importantíssima, em igualdade de etnia, em igualdade de raça, mas também se deve falar em igualdade por orientação sexual. Somos visíveis, estamos em todos os lugares, somos professores, somos profissionais liberais e precisamos também ser respeitados. Mas, para isso, precisamos estar aqui visíveis, de cara limpa e também poder democraticamente trazer as nossas reivindicações neste espaço democrático.

E mais uma questão de provocação: que possamos também incluir a questão da homossexualidade no tema de educação, porque, na prática, enquanto grupo de militantes homossexuais, recebemos muitas denúncias de jovens homossexuais que estão tendo dificuldades no estudo, porque os colegas fazem piadas, os professores não conseguem lidar com essa questão e a repassam para a família. Então, de modo geral, os estudantes estão ávidos por saber sobre sexualidade, sobre orientação sexual, mas os professores não possuem traquejo para poder lidar com essa questão, com a própria, por exemplo, "homofobia" internalizada, que todos possuem e que precisa ser trabalhada. Quer dizer, a mudança deve começar por nós, conforme dito pelo Dr. Ivair.

Há também a questão da Polícia. Recebemos muitas denúncias de abusos de autoridades. Como há essa filosofia de direitos humanos para a Polícia, que possa haver também direitos humanos para os homossexuais. E, enquanto grupo, possamos contribuir para levar essa cidadania, conforme ocorre no Rio de Janeiro através do companheiro Cláudio Nascimento.

Desejo também comentar a questão do ato terrorista e covarde que aconteceu recentemente em São Paulo. O nosso companheiro Roberto de Oliveira recebeu uma carta-bomba, nazista, na sede da parada do Orgulho Gay, que, todos sabem, reuniu 120 mil pessoas no dia 25 de junho. Então, é uma população que precisa reivindicar seus direitos.

E, por último, uma questão mais local. Gostaria também de

pedir o apoio, como o Dr. Ivair pediu, ao Luiz Mott, grande companheiro nosso, porque infelizmente nosso Governador vetou o projeto que punia qualquer ato discriminatório por orientação sexual, como recentemente aconteceu no Rio de Janeiro, e houve a aprovação – o Deputado Chico Alencar pode falar se já foi sancionado –, mas, infelizmente, aqui foi vetado. Não sabemos ainda os reais motivos que levaram ao veto, mas esperamos que os Deputados Distritais presentes e que votaram a favor, 17 a 0, possam estar confirmando esse projeto de lei

e que ele possa ser sancionado, servindo assim como exemplo de cidadania para todo o País. A Deputada Lúcia Carvalho é uma das autoras desse projeto, juntamente com a Deputada Maninha e os Deputados Chico Floresta e Rodrigo Rollemberg.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Iradj Roberto Eghrari) - A Mesa agradece ao Márcio Kosaka a intervenção.

A SRA. TEREZINHA SALES - Sou Terezinha Sales, aluna do Curso de Especialização e Educação de Direitos Humanos na Universidade Federal do Piauí; sou Professora da Escola Técnica Estadual Monsenhor José Luís Barbosa Cortês, em Teresina, Piauí, e Coordenadora da Pastoral Familiar e Regional do Piauí.

Desejo parabenizar a Comissão pela realização deste seminário. Achei muito oportuno ter sido realizado em Brasília, na Câmara dos Deputados, tendo como tema "Educação em Direitos Humanos".

[DTR35]Lendo o jornal **Folha de S.Paulo** um artigo chamou-me a atenção. Às vezes, como educadora, várias questões nos passam despercebidas. Uma delas é a do deficiente físico. E diz o referido artigo: "A exclusão começa na educação." Exclusão de quem? Do deficiente. Fiz uma reflexão e cheguei à conclusão de que realmente existe essa grande exclusão. Esse artigo cita o exemplo de um menino chamado Wellington, de uma cidade do interior de Minas, perto de Belo Horizonte, que entrou na escola com um atraso de sete anos. E sabem qual era o seu problema? Deficiência física.

Em todas as escolas que a mãe procurava matricular esse menino, argumentavam que não havia condições de recebê-lo porque não estavam adaptadas para receber deficientes. Enquanto isso, essa criança ficou esse tempo todo sem poder freqüentar uma escola porque só poderia freqüentar uma escola

especial, e o acesso a essas escolas era muito longe. Imaginem o deslocamento de um deficiente físico, mesmo tendo ele condições de pagar um ônibus, como é difícil no Brasil! Vejo pelo meu Estado. Dou esse testemunho aqui e espero que sirva de reflexão para os Deputados, para o Ministério da Educação, enfim, para todos nós que fazemos educação em direitos humanos, para que comecemos agora a pensar em adaptar a escola para os deficientes. Devemos nos preocupar em permitir o acesso dessas pessoas a todos os locais. Se um deficiente físico morar num apartamento, ficará preso porque não terá condições de se locomover. A maioria dos prédios residenciais não possui rampas de acesso, e a maioria dos deficientes é de pessoas de pouco poder aquisitivo. Peço, então, que façamos uma reflexão em cima disso para que haja realmente a preocupação de todos. Que todas as escolas possam idealizar um novo projeto na sua construção dando condições aos deficientes físicos e as escolas já existentes possam ser reformadas permitindo, assim, o acesso desses deficientes. Que o deficiente possa ir ao banheiro e dispor de um corrimão para poder ajudá-lo. Que tenha condições de chegar à escola e ter uma rampa para poder usá-la. O mesmo deve acontecer nas igrejas, nos supermercados, em qualquer lugar. Se quisermos ter idéia do grau de dificuldade por que passam essas pessoas devemos nos sentar numa cadeira de rodas e sair pelas ruas.

Essa é uma preocupação que está bem externada nesse artigo que diz: "A exclusão começa na escola". Este é o grande momento para apresentarmos essas reivindicações. Temos de apresentar uma carta e uma preocupação não só neste momento para que realmente, a partir de hoje, as escolas e todos os demais locais tenham essa preocupação. Não dispomos de estatísticas específicas, mas 9 milhões de pessoas sofrem de algum tipo de deficiência, e essas pessoas estão isoladas em seus apartamentos, em suas casas, sem acesso, às vezes, à escola, como o exemplo do menino Wellington. Essa é a nossa preocupação. Este é o momento de darmos a volta por cima e verificarmos tudo isso. (*Palmas.*)

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Agradeço a V.Sa. a intervenção.

Se possível, peço que a última intervenção seja breve, tendo em vista o adiantado da hora.

A SRA. ROSÂNGELA CORREIA - Sou Rosângela Correia, da Universidade de Brasília, da Faculdade de Educação, área de educação ambiental e ecologia humana.

Desejo reforçar, através da minha experiência, que não basta simplesmente pensarmos nos direitos humanos. No ano passado, pela Escola de Extensão, ministrei um curso de educação para pais e, no semestre passado, um curso intitulado Cultura e Paz para todos os universitários da universidade, que contou com a participação de cinquenta alunos. E trabalhamos não só na transversalidade, mas na "transdisciplinalidade", convidando pessoas de diferentes instituições e áreas de atuação. Não basta também só usar a cabeça.

[DTTR36] No curso trabalhei com bioenergética, massagem, arte e educação, para desbloquear no corpo das pessoas as marcas do preconceito. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Temos a possibilidade de cada um dos membros da Mesa, se quiserem, fazer um comentário. O Deputado falou em dois minutos, mas vou conceder um minuto. Dizem que o Enéas fala muita coisa em um minuto.

(Não identificado) - Como respeito demais as instituições, é óbvio que quero um minuto contado por aquele relógio ali, o relógio do Auditório Nereu Ramos. Não me vai dizer que está parado, que não está funcionando! Vou reclamar até com o Presidente da Câmara ou do Congresso. Vou mandar o ACM consertar. (Risos.)

Brincadeiras à parte, considerei genial esse complemento de três pessoas que não vieram perguntar nada à Mesa, mas, sim, denunciar, talvez, certas lacunas no nosso discurso, não como uma proposição teórica, mas como algo vivido. Todos os três - o Marcos, a Teresinha e a Rosângela - falaram do corpo, até mesmo do corpo planeta. Esta é uma conquista do século XX. Temos que nos entender como seres planetários, com a mesma física e química das estrelas, nós, seres humanos. Portanto, a ecologia não é uma disciplina, uma matéria, é uma atitude de vida, é uma compreensão. Aliás, o dogma do corpo bem-feito, em véspera de Olimpíadas, esse mito cresce muito. Corpo bem-feito

é aquele que atende aos padrões machistas, masculinistas e estéticos do mundo ocidental capitalista. Portanto, o homossexualismo é um desvio de conduta, foge do padrão.

Fui educado nos valores machistas e racistas. Eu sempre conto uma história da minha infância que envolvia um produto de larga circulação na época chamado Gumex. Os mais antigos conhecem. Era cor-de-rosa, dava vontade de comer, mas era para passar no cabelo. Eu gostava de usá-lo para ir para a escola com o cabelo liso, porque isto aqui era chamado de cabelo ruim. Agora, virou até moda. Há pessoas que perguntam se faço permanente!

Ainda assim, isso não significa que o preconceito acabou. O holocausto negro – é bom lembrarmos os povos de África – foi dez vezes maior do que o trágico holocausto dos judeus no século XX. Em cinco séculos, a África perdeu 60 milhões de pessoas. Isso tudo tem a ver com o corpo, com o nosso ser no mundo. O portador de deficiência também é alguém que saiu fora da boa fôrma. Por isso, a sociedade ainda não o assume, discrimina-o.

Para encerrar, quero dizer apenas o seguinte: a dificuldade é não tratar direitos humanos sequer como tema transversal, que, pela novidade e pela nossa dificuldade, pode virar tema lateral. Ou fica naquela palestra de 10 de dezembro, ou alguém que vai lá de vez em quando. O desafio é nós todos nos descobrirmos como militantes dos direitos humanos, e o professor de Matemática não vibrar porque o aluno tem um maravilhoso raciocínio abstrato, sabe fazer as quatro operações, mas não sabe a matemática da divisão para uma sociedade mais igualitária. O outro é craque em Ciências, mas não percebe a dimensão holística da existência e a fraternidade universal da solidariedade. Outro gosta muito de História, desfila o seu conhecimento até em reuniões sociais, mas não se descobriu como agente da própria história. Outro fala da Geografia sem perceber que ela é o espaço vivido, concreto, aqui e agora. E a língua portuguesa, que não comunica, que não é a linguagem do amor! Isso tudo implica educar para a cidadania, pelas matérias, em função de uma nova humanidade que assuma de fato os direitos para todos.

É só uma revolução que temos que fazer. Todos estamos

convidados. Há tempo para isso. (*Palmas.*)

[DTTR37] **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Agradeço a propaganda que o Deputado já está fazendo para a sessão da tarde. Tenho a certeza de que os especialistas da nova escola que estão aqui presentes - e confesso que não os conheço, mas se puderem levantar a mão, para que eu possa saber quem são, eu agradeceria; há um aqui e outros dois que estão por chegar, pois o vôo deles chegaria às 11h30min, e até chegarem aqui demorará um pouco - darão exatamente a resposta a essas questões apresentadas: como fazer com que Matemática, Ciências, Geografia e História tornem-se isso.

Mais alguém da Mesa gostaria de fazer algum comentário sobre as ponderações?

(Não identificado) - Eu gostaria de retomar o que o Chico falou: que as perguntas são afirmações, na verdade, das questões sociais. A idéia de os temas transversais não se tornarem laterais é que a escola estabeleça uma relação permanente e contínua com a vida da sociedade, com o movimento social. Por isso há essa grande diferença entre eles e as matérias, pois eles são uma forma de entrada dessas questões na escola. Eles não pretendem ser "científicos" propriamente ditos, mas estarem abertos a essa produção social que se faz ao longo da vida social, ao longo da história que estamos vivendo, para que o trabalho escolar, a educação escolar não tenha apenas finalidade em si mesma; para que não se aprenda História para passar de ano ou Matemática para tirar boa nota na prova, mas para se exercer essas disciplinas como cidadão. É preciso, então, saber Matemática e saber da sociedade, saber das questões sociais, isso tudo pautado pelas questões dos direitos humanos.

Sem dúvida nenhuma, conforme outra ponderação feita, é necessária a disponibilidade pessoal de nós todos, educadores, para provocar mudanças em nós mesmos. Não pretendemos que a escola elimine os conflitos, os confrontos e as contradições. Isso seria uma missão impossível. Não vamos criar o paraíso na terra, mas precisamos aprender a lidar com esses confrontos, com essas contradições, de maneira democrática.

Acho que essa questão da disponibilidade pessoal é fundamental para o professor; para todos os educadores, mas para o professor em especial, porque será ele que estará sistematicamente trabalhando essas questões. Só vamos conseguir fazer a educação que realmente promova o

desenvolvimento de atitudes pautadas pelos princípios democráticos, se fizermos um trabalho sistemático, planejado, contínuo e nos dispusermos a ser coerentes com ele. Portanto, precisamos trabalhar isso em nós.

Para isso, o conjunto de professores, o colegiado de professores na escola é o espaço fundamental de formação permanente. Estamos agora no Ministério com um programa que se chama Parâmetros em Ação, justamente propondo isto aos Secretários Estaduais e Municipais de Educação: que eles estabeleçam nos seus sistemas um programa de formação continuada e permanente que reúna os professores sistematicamente em grupos de estudos e que isso passe paulatinamente a fazer parte do trabalho do professor. Em alguns lugares, isso já é realidade; em muitos, não o é. Esse fórum de trabalho coletivo é o fórum básico do desenvolvimento profissional do professor.

Para essas questões como, por exemplo, trabalhar a homossexualidade, tão dificilmente enfrentada pelos professores, - precisa haver um fórum de discussão dentro da escola, para que ela possa transformar-se de impressão pessoal, de dificuldade pessoal, numa proposta organizada de trabalho. Tratar essas questões não é algo que se possa fazer individualmente, apesar de demandar um compromisso pessoal. São questões sociais, na verdade. Elas demandam também um tratamento coletivo da escola. A escola precisa assumir, desde a direção até os seus funcionários, a missão de estar trabalhando pela garantia dos direitos humanos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - O Dr. Ivair tem a palavra para uma intervenção final.

[DTTR38] **O SR. IVAIR DOS SANTOS** - Quero fazer um convite às pessoas que moram em Brasília. Estamos realizando um Curso de Direitos Humanos na UnB, todas as quartas-feiras, de 19h às 23h. Abordamos o tema da violência no Entorno de Brasília. Boa parte da platéia é formada de policiais civis e militares que trabalham no Entorno, nas cidades-satélites e nas cidades vizinhas. Todas as semanas temos um tema e convidamos pessoas para discuti-lo. Aqueles que são de Brasília estão convidados a participar. Eu trouxe um cartaz. Quem quiser pode comparecer. Será interessante compartilhar essa experiência que estamos realizando aqui na UnB, na Faculdade de Direito. Trata-se de um curso regular, um curso de extensão universitária, em que toda semana trabalhamos um tema. O tema central é "A Violência no Entorno de Brasília".

Agradeço imensamente e presto minha homenagem pública a alguns dos professores que aprendi a admirar, devido ao trabalho que exercem nos seus Estados, pessoas com as quais aprendi muito mais vendo como eles enfrentavam as situações aplicando os direitos humanos. Acho que os senhores hoje à tarde – e sou fã da Nazaré, da Paraíba – têm que aproveitar a discussão com a Nazaré; com o meu querido amigo Pedro Montenegro, que realiza em Alagoas um dos melhores e fundamentais trabalhos com a Polícia Civil e Militar do Estado; com nossa colega Celi, que tem um trabalho muito bom quanto à questão racial, a cuja apresentação valeria a pena também assistir; com o Dr. Luís Maris Maia; com a Dra. Márcia Virgens, da Bahia; e com a Dra. Piovesan. São pessoas com as quais pude aprender.

Evidentemente, a nossa grande referência na educação de direitos humanos é a Dra. Margarida Genevois, que de certa forma introduziu essa questão há muitos anos e com a sua larga experiência e vivência pôde passar-nos muito. Agradeço a sua generosidade de passar as informações que a senhora tão bem nos deu sobre direitos humanos. Acho que é um momento especial.

Digo também que direitos humanos é algo muito triste. Tenho muitas alegrias, já fiz grandes amizades. Acho que trabalhar em direitos humanos é algo prazeroso, gostoso. Acabamos fazendo grandes amigos e coisas fantásticas.

Quero também agradecer aos meus colegas de Mesa, ao Deputado Sílvio Alencar e à Sra. Neide, que tão bem representou a nossa amiga Iara. Tivemos uma felicidade muito grande. Esta Mesa foi muito feliz pela identidade de pontos.

Agradeço, finalmente, aos que se dispuseram a vir aqui esta manhã e que estão nesta caminhada pelos direitos humanos. Sejam bem-vindos. Temos muito o que aprender mutuamente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Eu gostaria, rapidamente, de agradecer a todos os componentes da Mesa.

Vamos desfazer esta Mesa e convidar agora, sem intervalo, senão não conseguiremos chegar ao final, os componentes da próxima Mesa, cujo tema é também de grande interesse: "A Discussão dos Direitos Humanos nos Currículos Educacionais".

Enquanto a Mesa anterior se desfaz e se compõe a nova Mesa, vou chamar os próximos convidados.

Gostaria de já fazer o convite para a composição da nova Mesa.

Estamos bem no horário. A nossa previsão é terminar às 13h. Temos ainda 45 minutos, com quinze minutos para cada palestrante. Estamos dentro do tempo previsto.

[DTTR39]Gostaria de convidar a Profa. Lúcia de Carvalho, Deputada do Distrito Federal, para que venha à Mesa. (Palmas.)

Convido a Profa. Maria de Lourdes^[DTTR40] Mader Pereira, da Associação Brasileira de Educação. (Palmas.)

Convido a Dra. Márcia Regina Virgens, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia. (Palmas.)

Gostaria de convidar a Dra. Maria de Lourdes Mader Pereira para fazer uso da palavra e compartilhar conosco a experiência de longa data que vem trazendo junto à Associação Brasileira de Educação. S.Sa. tem tido uma experiência bastante interessante nesse campo da introdução dos direitos humanos nos currículos educacionais.

A SRA. MARIA DE LOURDES MADER PEREIRA - Obrigada, Sr. Presidente, (*Inaudível.*) é muito difícil falar em qualquer circunstância (*ininteligível*). Hoje se falou em corpo, esse corpo inteiro ligado no que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Ao microfone, por favor, professora.

A SRA. MARIA DE LOURDES MADER PEREIRA - A Associação Brasileira de Educação tem como objetivo, em seus 75 anos de existência, a melhoria do ser humano através do processo educativo e, em decorrência disso, é profundamente interessada na melhoria do mundo.

Fui designada pela Associação a falar neste seminário. Minha vida pessoal tem sido inteiramente dedicada à educação e ao processo criativo dentro do qual vivo e atuo até hoje.

"Eu tive um sonho", dizia Martin Luther King. Eu também tive um sonho. Aos sete anos, eu chegava ao Rio de Janeiro, vinda de Curitiba, onde nasci. Vi crianças maltrapilhas, sujas e famintas a pedir esmola nas ruas. Era 1931. Perguntei-me, então, qual seria a razão da diferença entre elas e eu. Desde aquele dia, há aproximadamente setenta anos, tive e tenho como meta da minha vida a procura da solução deste problema que nós

deixamos crescer. Queria, quero e continuarei a querer mudar esta atual realidade. Meu sonho é viver num mundo melhor e mais justo.

Ao estar hoje aqui, acredito que, de uma forma ou de outra, todos temos o mesmo sonho, talvez em tempos diferentes. Estou segura de que estamos chegando próximos da solução. Não estamos como Martin Luther King, lutando por um problema racial apenas, mas por uma outra diferença tão ou mais cruel: a distância imensa entre as classes socioeconômicas que ainda mantemos em nosso País. Nossas crianças não nascem com direitos iguais. Nossas crianças não crescem iguais. Mil caminhos ainda terão que ser percorridos, mas estamos chegando.

[DTR41]Lendo o **Magazine Littéraire**, de maio de 2000, dedicado ao renascimento da utopia, em um artigo do ensaísta francês Jacques Atali, encontramos:

Mesmo com as utopias hoje desacreditadas, e o uso delas feito no século XX, a utopia permanece sempre como um sonho de sociedade ideal. Infelizmente, porque ela é o motor da ação. Hoje, há quatro utopias: a utopia da eternidade, que parte da teologia para ir à clonagem; a utopia da liberdade, que vai da luta contra a escravatura até a economia de mercado; a utopia da igualdade, a mais rebaixada de todas, vai da política à igualdade monetária. Estas três são, no fundo, um pouco egoístas. Felizmente, existe uma quarta, a utopia altruísta, que consiste em procurar a felicidade na felicidade dos outros. É o que eu chamo a utopia da fraternidade. É esta a utopia que deve ser aprofundada no século XXI.

Hoje temos os direitos humanos nos currículos educacionais. Vamos rever, através de algumas citações, parte dos estudos profundos que foram feitos no campo da educação no Brasil. Eu separei a temática – não se assustem com o volume, porque escrevi com uma letra enorme – nos seguintes temas: direito à vida; direito ao desenvolvimento; estar no mundo; mudar o mundo e o amanhã. Vamos nos perguntar, no final do nosso trabalho, se existe a necessidade de criar a disciplina Direitos Humanos nos currículos educacionais. No campo da educação, existem muitas leis, pareceres, parâmetros, diretrizes que foram profundamente estudados e que têm como objetivo maior o desenvolvimento do homem, seus direitos e

deveres. Vamos juntos fazer um retrospecto deles, procurando captá-los na essência. Importa que sejam revistos, estudados e ativados em nosso dia-a-dia. Vamos usar citações em nossos documentos básicos, procurando mostrar que dentro deles já estão os direitos humanos e sua filosofia. Já estão aí, importa que façamos funcionar dentro e fora dos currículos, dentro e fora das salas de aula. Acrescentaremos também citações da UNESCO.

Direito à vida.

Importa que iniciemos com a nossa Constituição Federal, que aborda, sob o título " Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", em seu Capítulo I, art. 5º:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).

No Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 7º, lemos: A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência.

[DTR42] Na Declaração Universal dos Direitos do Homem encontramos no art. 3º:

"Todo homem tem direito à vida". Ao falarmos em direito à vida, falamos no mais importante de todos os direitos, sem o qual nenhum outro direito existe ou poderá existir.

Após termos falado sobre o direito à vida, vamos acompanhar o desenvolvimento das crianças através das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Educar crianças de 0 a 6 anos e cuidar delas supõe definir previamente práticas pedagógicas, para que as crianças e suas famílias sejam incluídas em uma vida de cidadania plena.

Princípios éticos, princípios políticos, princípios estéticos. Como podem ver, são assuntos dos quais nós ouvimos falar hoje pela manhã, só que eles já estão contidos na lei há muito tempo.

Os parâmetros curriculares – estes são novos – para o ensino médio. Encontramos como objetivos gerais a formação de

um aluno que reflete, participa e assume responsabilidades. Resulta na conquista da autonomia, condição imprescindível para alcançar o pleno exercício da cidadania e de uma integração com a cultura mais ampla. Os persienes(?) propõem uma mudança de enfoque em relação aos conteúdos curriculares. Ao invés de um ensino em que o conteúdo é visto como um fim em si mesmo, o que se propõe é um ensino em que o conteúdo é visto como meio, para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais. Nós ouvimos falar sobre isso hoje de manhã.

Estar no mundo. Na "Educação, um Tesouro a Descobrir", no relatório da UNESCO, de Jacques Delors, em seu capítulo "Aprendendo a ser", podemos ver:

A educação deve contribuir para o desenvolvimento total de cada indivíduo, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, senso estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade.

Podem ver, pelos meus cabelos brancos, que estudo e leio muito. Nunca parei. Mas só recentemente tenho tido o prazer de encontrar as palavras espírito e emoção nas leis. Nas nossas leis já estão escritas palavras assim. Mas isso é bastante recente, podem crer.

Todo ser humano deve estar pronto para constituir seu próprio pensamento autônomo e crítico e forjar seu próprio julgamento, para determinar, por ele mesmo, o que ele estima dever fazer nas diferentes circunstâncias da vida. Em um mundo extremamente mutável, em que um dos motores principais deve ser a inovação, tanto social quanto econômica, um lugar particular deve ser dado, sem dúvida, à imaginação e à criatividade. Trata-se, para cada indivíduo, de aprender a compreender o mundo que o cerca, pelo menos tanto quanto necessário para viver dignamente, para desenvolver suas capacidades profissionais e para se comunicar.

Agora, vamos mexer um pouco com a idéia de mudar o mundo. No livro "A Educação para o Século XXI", da UNESCO, encontramos:

Para um novo humanismo, a educação é um processo, a longo termo, cuja pluralidade de objetivos é uma característica irreduzível. Ela constitui a ligação entre o passado e o futuro da nossa sociedade. O que fazemos hoje será

determinante para o tipo de sociedade que devemos instalar amanhã. Uma das funções da educação é, com efeito, dar aos jovens os meios de transformar a sociedade na qual eles vivem. E, por isso, dirigir o progresso e as transformações sociais.

[DTR43] Este domínio passa pela autonomia da aprendizagem, pela aquisição de métodos de observação, de mudança, incluindo a comparação, a análise, a síntese, a experimentação, mas também pelas capacidades de trocas sociais, de negociação, indispensáveis à sociedade moderna.

Ainda na "Educação, um Tesouro a Descobrir", da UNESCO – foi levantado aqui hoje, mas nunca é demais reforçarmos –, a escola abre-se para o mundo:

A importância do papel do professor enquanto agente de mudança, favorecendo a compreensão mútua e a tolerância, nunca esteve tão patente quanto hoje. Este papel será, sem dúvida, ainda mais decisivo no século XXI. Os nacionalismos estreitos darão lugar ao universalismo; os preconceitos étnicos e culturais, à compreensão e ao pluralismo; o totalitarismo será substituído pela democracia em suas diferentes manifestações."

Caberá ao professor trabalhar os dados que são acessíveis aos seus alunos, discutindo-os com eles, ajudando-os a organizá-los, analisá-los e criticá-los. Assim, genoma, clonagem, submarino russo, queda do Concorde, Cúpula do Milênio, enfim, todos os acontecimentos importantes locais, regionais ou internacionais devem penetrar nos temas das aulas. Deverá ser dada ênfase a tudo o que significa construção, sem esconder o que significa destruição. Mas estudando com os alunos as opções para evitar a destruição.

Isso é uma coisa curiosa, porque estamos acompanhando, na nossa política. É muito fácil criticar-se, mas as opções são dificilmente apresentadas. Então, teria que começar na escola sempre. Há pelo menos dois caminhos diante de qualquer situação. E esses caminhos devem ser levantados para que eles desenvolvam criatividade e capacidade de agir por eles mesmos.

Eu tenho que perguntar de quantos minutos ainda disponho, porque vou precisar de mais dez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Nós estamos aqui para ouvi-la, professora.

A SRA. MARIA DE LOURDES MADER PEREIRA - Obrigada.
(Palmas.)

Um ser com o qual teremos de contribuir para formar – já não é a situação – deverá ser capaz de, primeiro, conhecer a si próprio. Isso é uma das coisas que tenho sentido pela qual se passa meio rápido, por cima. Antes do direito à vida, nenhum direito. Antes de conhecer a si próprio, nenhum outro conhecimento. Eu só posso relacionar-me com o outro depois que eu me conheço. Então, isto precisaria estar reforçado em todo o ensino: conhecer a si próprio, todas as suas potencialidades e ter acesso aos meios para desenvolvê-las; conhecer e aceitar o outro, suas diferenças e suas interdependências; relacionar-se com o outro, com o meio e com o mundo; conhecer a problemática do presente; ter perspectivas futuras e preparar-se para torná-las uma realidade; assumir seu lugar na comunidade em que vive como ator e participante; sonhar e criar utopias; exercitar a capacidade criativa com que todos os homens nascem; ser capaz de, vivendo, sentir-se feliz e, assim, contribuir para a felicidade dos outros.

Em cada uma das disciplinas curriculares as capacidades do aluno poderão ser trabalhadas. Mas isto nós vamos aprender à tarde, não é preciso que eu fale sobre elas. De qualquer maneira, o que é essencial – e eu saliento isso diversas vezes – é que se simule o processo criativo do aluno, não só do professor... (*Falha na gravação.*) criativo também. Mas é preciso trabalhar todo o tempo com isso.

Os caminhos para a educação e direitos humanos estão traçados em documentos que citamos. Então, fica a pergunta: será necessária a criação de uma disciplina especial ou apenas poderemos fundamentar o nosso trabalho estudando leis e relatórios ou, talvez, usando a transversalidade prevista nos parâmetros para os esforços necessários?

[DTR44] Fica a pergunta. Espero que V.Exas., que têm as leis, sentem-se diante delas, esqueçam que são leis e vejam que sabedoria!

Vamos terminar retomando o artigo do **Magazine Littéraire** sobre utopia, do ensaísta francês Jacques Atali:

Apesar das utopias hoje desacreditadas pelo uso que delas foi feito no século XX, a utopia permanece sempre como um sonho de uma sociedade ideal e, felizmente, porque o motor dela é a ação. No mundo contemporâneo, onde somos mais nômades do que sedentários, há uma grande necessidade de utopia. Um

nômade tem necessidade de utopias no sentido de que ele tem necessidade de saber para onde ele vai, saber o que o faz andar e, portanto, saber o que o faz suportar a caminhada. Pode ele ver ao longe um oásis ou somente uma miragem? Qual é a destinação do nômade? Eis, aí, a definição da utopia. Hoje há quatro utopias: a primeira, da eternidade, parte da teologia para ir à clonagem; a segunda, da liberdade; a terceira, da igualdade. Todas três são, no fundo, um pouco egoístas. Há, felizmente, uma quarta utopia, a altruísta, que consiste em procurar sua felicidade na felicidade dos outros. Uma condição se impõe nesse domínio, nesse interesse em deixar ao outro a escolha da definição da sua felicidade. É o que eu chamo, diz Atali, de utopia da fraternidade.

É esta a utopia que deve ser aprofundada no século XXI.

De uma certa forma, é a utopia da fraternidade que nos une hoje aqui. E porque acreditamos que todos juntos trabalharemos pela paz e felicidade dos seres humanos, eliminando, assim, o predomínio da violência, usando compreensão e amor, podemos crer que o mundo de amanhã será o melhor dos mundos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Bela e emocionante a oração da Profa. Maria de Lourdes, que, colhendo os frutos de sua experiência, mantém os olhos voltados para o futuro, porque sabe e nos ensina que ali moram as esperanças.

Tenho a satisfação de passar a palavra à Dra. Márcia Regina Virgens, Promotora de Justiça, na Bahia, e também professora e coordenadora de um curso de Direitos Humanos naquela Universidade, em convênio com o Ministério Público Estadual.

A SRA. MÁRCIA REGINA VIRGENS - Boa tarde a todos. Inicialmente, cumprimento os membros da Mesa, na pessoa da Profa. Maria de Lourdes Mader Pereira, que brilhantemente acabou de falar. Cumprimento igualmente o Plenário, particularmente o Dr. Joelson Meira, fraterno, dileto amigo e meu ex-colega de faculdade. Voltei a vê-lo aqui em Brasília após cinco ou seis anos.

Antes de adentrar no tema proposto, agradeço o convite que me foi formulado e a oportunidade de participar desta importante discussão, na pessoa do Professor e Procurador da

República, Dr. Lúcio Maris Maia.

[DTR45]Tive oportunidade de conhecê-lo no mês de julho do corrente ano, quando ele esteve em Salvador a convite da Coordenação do Curso de Especialização em Direitos Humanos, do qual sou uma das coordenadoras.

Devo dizer francamente que estou muito nervosa. Peço paciência a todos, sobretudo porque, como membro do Ministério Público do Estado da Bahia, em Salvador particularmente, já que sou Promotora na Capital, estou acostumada mesmo é com o dia-a-dia do exercício do Direito, a rotina das audiências, dos direitos próprios de nós, advogados e promotores. Realmente me assusta um pouco este seletto público, especialíssimo, composto de pessoas voltadas para um tema tão importante para nós todos que fazemos parte da humanidade.

Na verdade, fiquei muito entusiasmada com o convite para participar da discussão nesta tarde, sobretudo porque no dia 27 de agosto **A Tarde**, jornal de maior circulação do Norte e Nordeste, publicou uma entrevista acerca do curso que temos a honra e a satisfação de coordenar com mais outros três colegas. Essa entrevista foi feita com um dos professores convidados, o Desembargador do Estado do Rio de Janeiro, Gilberto Passos Freitas. Quero revelar o que ele falou a respeito do curso na reportagem.

Segundo o Desembargador, a diversidade dos alunos e sua preparação para as aulas são impressionantes. Sentiu-se muito orgulhoso de ter sido chamado para participar do corpo docente desse curso, que serve de referência para todo o País.

Na mesma entrevista, o jornalista Ildaque(?) Miranda, aluno do curso e ex-Redator Chefe do jornal **Bahia Hoje**, declarou: "Estou fazendo o curso para entender melhor sobre esse tema, que é ascendente em todo o mundo. Os jornalistas geralmente não fazem parte desse debate por conhecerem tão pouco sobre o assunto. Estou aprendendo muito e gostando cada vez mais do tema".

A minha colaboração a esta discussão tão envolvente e relevante é justamente para relatar a experiência desse curso, experiência pioneira entre nós. Esse Curso de Especialização em Direitos Humanos é destinado a graduados de qualquer nível superior e não apenas a operadores do Direito. Nós nos inspiramos, quando da sua organização e execução, em curso

semelhante, organizado na Universidade de Brasília pelo Ministério Público do Distrito Federal, em conjunto com uma universidade inglesa, cuja coordenação coube ao Dr. Eugênio Aragão, dentre outras pessoas.

Mas o que difere essencialmente o curso que coordenamos do curso de Brasília é justamente a interdisciplinaridade. Pode fazer a pós-graduação qualquer pessoa portadora de diploma de nível superior. E me parece que todas as explanações feitas aqui hoje convergiram para esse sentido. Um curso de Direitos Humanos não pode ficar restrito a uma categoria profissional, a uma parcela da população brasileira. Deve ser um estudo plural, multidisciplinar. Essa é a característica fundamental do curso de Salvador, que, por isso, ganhou, digamos assim, uma certa notoriedade no nosso Estado.

É interessante que o curso seja formado de pessoas das mais diversas áreas. A Dra. Flávia, que se encontra neste plenário e nos deu a honra de participar como professora daquele curso, pôde constatar esse fato.

[DTR46] Temos médicos, dentistas, professor de Matemática, educadores, historiadores, pedagogos, engenheiros, assistentes sociais, sociólogos, teólogos, inclusive um jovem padre polonês. Temos também Juizes Federais e Estaduais, Delegados de Polícia, Oficiais da Polícia Militar, Promotores da Justiça, Defensores Públicos, membros da carreira jurídica. E tem sido interessante juntar pessoas de áreas tão diferentes. As aulas são ministradas a cada quinze dias, possuindo o curso de especialização a carga horária de 450 horas, sendo exigido do aluno, ao final do curso, a elaboração de uma monografia. A grade de disciplinas inclui matérias as mais diversas, dentre as quais destacamos: Teoria Geral dos Direitos Humanos, História e Evolução dos Direitos Humanos, Tutela das Minorias, População Afro-Brasileira e Cidadania, Ética, Justiça e Cidadania. Os professores convidados foram escolhidos criteriosamente e são possuidores de currículos invejáveis, aliados à história pessoal de vida comprometida com a ética e a defesa dos direitos humanos. Assim, tivemos oportunidade de ter conosco os Profs. Dalmo Dallari, Luciano Maris Maia, Wagner Gonçalves, também Procurador da República; a filósofa e militante do Movimento Negro, Sueli Carneiro, o Promotor de Justiça, colega paulista, Alexandre de Moraes. Estamos aguardando ansiosamente a vinda do Prof. Antônio Augusto Cançado Trindade, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O que nos motivou a empreender essa luta e a transformar

esse anseio por melhores dias em defesa dos direitos humanos num curso de especialização? Eu estava aqui ouvindo atentamente a sábia professora e confesso que o seu questionamento deixou-me um pouco intranquã. Será que efetivamente precisamos fazer cursos e introduzir disciplinas de Direitos Humanos?

Professora, apesar do seu notório saber, permita-me não divergir, mas dizer que, em se tratando de direitos humanos, qualquer reforço não deve ser compreendido como redundância. Creio que os parâmetros curriculares nacionais, que as diretrizes do Ministério da Educação sejam no sentido de que os ensinos fundamental e o médio tenham princípios norteadores dos direitos humanos, da liberdade e igualdade entre as pessoas. E que possam também ser tratados como temas transversais. Também creio que introduzir desde a mais tenra idade a familiarização com esse tema é imperioso. O respeito aos direitos humanos começa na família, célula **mater** da sociedade. O respeito aos direitos humanos é dever do Estado, dos seus agentes, das autoridades, de cada um de nós. Penso que não é redundância, não se trata de exagero. É somar, é convergir com o sonho que é de todos.

Tentarei ser breve. Havia pensado abordar outros assuntos. Pensei em falar algo sobre o ensino no curso de Direito, mas posso deixar essas questões para as oficinas à tarde. Gostaria de ainda me prender um pouco à motivação de empreender esses cursos, cursos de pós-graduação, cursos com policiais militares, cursos no ensino fundamental, seminários como este que quase lota este auditório.

A motivação é comum a todos nós. Não podemos entender a defesa do ser humano, a defesa da humanidade como uma forma abstrata. ^[DITR47]A humanidade é cada um de nós que está aqui. A humanidade sou eu, vocês, os senhores, V.Exas. Devemos fazer algo para tomar as rédeas dos nossos destinos. Do Timor Leste à Colômbia; da África, o continente quase dizimado; dos judeus mortos na Segunda Guerra Mundial; do recente massacre histórico da comunidade negra, do povo negro, do povo afro-brasileiro, que a cada dia, em cada esquina, em cada Capital, é dizimado. Jovens são dizimados porque não têm uma carteira de trabalho assinada, um emprego estável, porque são confundidos com marginais. Então, urge que cada um de nós faça em nossas vidas a defesa dos direitos humanos não uma tarefa episódica, mas uma tarefa rotineira. Eu diria, para não perder o fio da meada, que é premente que este fórum permanente de

educação sobre os direitos humanos inclua nos currículos tradicionais como indicativo de luta a disciplina Introdução ao Estudo dos Direitos Humanos.

Voltando a falar sobre o curso de pós-graduação de Salvador, a turma está ansiosa para sair dali com seu título de especialista, poder trabalhar numa ONG, na sua escola, para sentenciar. Há juízes que estão sendo embaçados, estão adentrando um conhecimento mais profundo porque os Direitos Humanos hoje são uma disciplina, como bem ensina a nossa expoente dos Direitos Humanos, Dra. Flávia Piovesan. Então, é necessário que esse exercício cotidiano de respeito, de defesa dos direitos do homem não seja apenas uma questão utópica, uma leitura da declaração, mas efetivamente cumprido e abraçado por cada um de nós. E que percamos essa neutralidade, porque é isso que existe muito. Quem não milita na defesa dos direitos humanos é neutro. As pessoas neutras estão ajudando quem desrespeita os direitos humanos no nosso País. A luta pelos direitos humanos deve ser um compromisso de vida, profissional, com as gerações futuras e com cada um de nós.

Em Salvador, onde 80% da população é majoritariamente negra, todos os dias sofremos discriminação racial. Em todos os momentos somos discriminados. Como o Sr. Ivair dos Santos disse pela manhã, devemos fazer uma reflexão pessoal sobre se não discriminamos, não praticamos o racismo, se não praticamos a discriminação com quem é portador de deficiência física ou com quem tem orientação sexual diversa da nossa. Devemos realmente fazer essa reflexão.

Apresento um exemplo da Promotoria de Justiça da Cidadania de Combate ao Racismo, que é inédita no País, existente apenas no Ministério Público da Bahia. Não tenho nenhuma falta de humildade em declarar que essa Promotoria começou a ser gestada há nove anos quando ingressei no Ministério Público. Era absurdo vermos todos os dias o nosso povo ser discriminado, e o Ministério Público silente, tolerando, inclusive como vinha ocorrendo em outros Ministérios Públicos de diversos Estados. Portanto, professora, tivemos esse sonho, evoluímos, e o sonho concretizou-se. Hoje existe essa Promotoria com inúmeros procedimentos administrativos e ações penais já deflagradas. Hoje construímos um outro sonho: evoluirmos para um mestrado

em Direitos Humanos, conveniado - quem sabe? - com a Universidade de Brasília^[DTR48] ou com a Universidade da Paraíba, porque acredito que não basta o exercício na família, ou o próprio Estado propor os cursos. É fundamental efetivarmos esse sonho de respeito aos direitos humanos.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - A Profa. Flávia e eu tivemos o privilégio de conviver com os quase cem alunos da Bahia. O perfil, a variedade de experiências e o entusiasmo com que eles se lançam nesse debate multidisciplinar, dotados de uma participação intensa e na condição de cidadãos, desejando fazer essa transformação, é realmente um elemento muito rico que está sendo lançado na Bahia. A capacitação de educadores, profissionais e operadores, policiais, delegados, juizes, advogados para militar pelos direitos humanos é realmente uma experiência muito rica, que deve ser do conhecimento de todos.

A Profa. Márcia, por meio deste seminário, também terá a possibilidade de estreitar relações com várias pessoas do Brasil, possuidoras de largas experiências. Assim, esse universo vai crescendo e conseguiremos, pela troca recíproca de experiências, enriquecer o ensino e a aprendizagem na área de Direitos Humanos.

Teremos agora a satisfação de ouvir a Deputada Distrital do Distrito Federal, Profa. Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Boa tarde a todos. Saúdo a todos da Mesa e parablenzo a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, na figura do Deputado Marcos Rolim, por esta atividade.

Apresento-me a vocês: sou mãe de quatro filhos, moradora de Brasília há mais de trinta anos, militante política, com muito orgulho, fundadora do Partido dos Trabalhos e Deputada no terceiro mandato.

Tenho uma história de luta que muito me honra. Tenho certeza, como disse o Chico, de que hoje temos de reafirmar isso, porque as referências políticas, na sua grande maioria, são absolutamente nefastas.

Começo por aí, dizendo que a sociedade se movimenta por

referências. Por exemplo, numa escola, a referência é a Direção da escola; num Tribunal de Júri, o juiz; num ambiente de trabalho, a chefia. E essas pessoas têm uma carga muito importante por ser espelho para aquelas pessoas com quem convivem. Porém, vejo que as pessoas perderam essa noção. Quando era Diretora de escola, lembro-me de que o dia em que chegava animada, passava para o conjunto da escola essa animação. E no dia em que chegava um pouco menos animada ou com alguma preocupação, espalhava e espelhava isso. Por que digo isso? Porque cada um dos que estão aqui – tenho certeza – são formadores, são pessoas que estão buscando responder perguntas. Vejo aqui vários amigos professores, ex-Diretores eleitos.

Infelizmente, hoje, com o banimento dessa possibilidade democrática no Distrito Federal, estamos vivendo um período amargo de reverso da democracia que construímos durante muitos anos. Mas essas pessoas comungam comigo o sentimento de como é importante a imagem do professor frente à sala de aula; a imagem do Diretor frente à escola; a do padre junto a seu rebanho. Enfim, como são importantes essas lideranças do ponto de vista das referências e da formação da cidadania.

No Distrito Federal, estamos vivendo um momento muito complicado, em que as nossas referências são de fim da gestão democrática, com o assistencialismo tomando o papel da cidadania. Tivemos, de forma ridícula – fato já citado –, uma criança, no desfile de 7 de Setembro, com um metralhadora nas mãos, como mostra de soberania nacional.

[DITR49] Temos visto o avanço da grilagem de terra, e, infelizmente, são padrões que passam para a sociedade como valores de marginalização, de ir contra a regra, enfim, de violação dos direitos humanos.

Falo isso porque temos de nos indignar diante dessas situações e nos posicionar para mudar essa realidade. Temos de nos indignar diante das injustiças e criar alternativas. Se não tivermos essas duas reações, não estaremos transformando a sociedade. Estaremos, sim, constatando, fazendo anotações, estudando a sociedade, mas não a estaremos transformando.

Este seminário deixa o recado de que não basta constatar, faz-se necessário algumas medidas de impacto. Gostaria de propor algumas, para que sejam discutidas à tarde. Primeiro, o

MEC tem grande responsabilidade ao coordenar o ensino neste País, ao coordenar professores de 1º e 2º Graus, que batem a casa de 2 milhões. Deve proporcionar uma formação intensiva, de choque, porque esses professores são referência para milhões de crianças, adolescentes e adultos. Portanto, a minha proposta é que haja um trabalho intensivo para formação de professores, em conjunto com ONGs e universidades que desenvolvem e trabalham o tema há algum tempo. É preciso discutir o significado e a extensão dos direitos humanos.

Como a Dra. Márcia disse – e eu não tenho dúvidas – os direitos humanos têm de entrar como alternativa transversal, como componente curricular e como matéria dentro do currículo. Por que não? Estamos carentes desse conhecimento, de fazer com que as pessoas sintam indignação diante das situações com que convivemos. As pessoas estão amortecidas, adormecidas e inconscientes diante das situações que as cercam. A maioria das pessoas perdeu a capacidade de se indignar quando as crianças pedem esmola nos sinaleiros. Nós, aqui, não descemos do carro e tomamos providências. A sociedade não fica indignada com os mendigos que estão embaixo das pontes, dos viadutos, ao lado das rodoviárias.

O Governo, que deveria ser a mola propulsora de uma política que pudesse modificar essa situação, não propõe nada. Nós, que trabalhamos pela igualdade, pela defesa dos direitos, temos de ir além e propor ações que possam transformar as pessoas, a fim de que se sintam indignadas a cada momento em que se depararem com uma situação de injustiça.

Este Governo, além de ter dado fim à gestão democrática, está promovendo a violência nas polícias civil e militar, haja vista ações que o Batalhão de Operações Especiais – BOPE – fez recentemente. Quem não é de Brasília deve ter também essa informação. Numa recente greve de trabalhadores, um operário foi morto, duas pessoas ficaram cegas e trinta e uma ficaram feridas. A população não se indignou, não saiu em defesa dos direitos humanos, não saiu em passeata. A Central Única dos Trabalhadores não conseguiu fazer essa movimentação. Esquecemos o que é solidariedade diante de uma catástrofe como essa ocorrida no Distrito Federal.

A nossa indignação tem de acontecer no Distrito Federal.

Recuamos anos e anos de avanço que estávamos conseguindo obter nas nossas escolas, na sociedade. Estávamos conseguindo fazer com que a cidadania fosse, de fato, uma realidade entre nós.

Este seminário, com grande número de brasilienses, deve apontar por uma posição de protesto diante da violação dos direitos humanos, que se reflete, conseqüentemente, ^[DITR50] nas escolas e nos milhares de alunos que fazem parte da rede escolar.

Por isso, gostaria de propor que, na discussão a ser realizada à tarde, os direitos humanos estejam incluídos em matérias específicas, em componentes e matérias transversais. A cada momento devemos sugerir situações em que sejam debatidas questões de violação dos direitos humanos. Foi muito bem dito pelas pessoas que me antecederam que se estabelece discriminação na questão da cor, na orientação sexual, na formação, no nível econômico, nas diferenças físicas, na raça e em outros preconceitos que se instalam no nosso dia-a-dia. Às vezes, nem percebemos, mas o preconceito é constante, principalmente entre nós mulheres, até no nosso partido, que se posiciona no campo progressista e que ajudo a construir.

Numa roda de homens conversando, quando chegam as mulheres, eles as ignoram muitas vezes, viram as costas. No meio sindical, nós, mulheres, temos de lutar muitas vezes para que nossas idéias sejam ouvidas. Há discriminação também nos meios que se reúnem para vencer preconceitos e melhorar as condições de vida.

Então, o relato que estou fazendo é de uma mãe, de uma política, de uma educadora que quer passar para vocês que, em muitos momentos, já se sentiu indignada por ver violados seus direitos como ser humano. Os projetos de lei que apresento na Câmara Legislativa vão no sentido de alertar, de fazer com que haja debate. Como o Marcos disse, tenho muito prazer de ser co-autora da lei que pune aqueles que discriminarem as pessoas que têm orientação sexual diferente da minha, as pessoas que têm a opção por se relacionarem com pessoas do mesmo sexo. No Distrito Federal e em cada cidade deste País os direitos humanos dessas pessoas são violados. Querem curá-las, querem encará-las como doentes, como pessoas a serem recuperadas e não como pessoas que têm prazer em se relacionar com pessoas do mesmo sexo. Temos de nos acostumar e entender isso. Às

vezes, os nossos padrões religiosos e morais não nos permitem, mas a escola tem de estar capacitada para discutir isso. A escola, portanto, no meu ponto de vista, é o ambiente que mais propicia que possamos nos indignar e modificar toda essa situação.

Um seminário como este não pode apenas nos levar à reflexão. Tem de nos levar a conclusões absolutamente sérias. Hoje à tarde, vamos ter a exposição estatística da discriminação, da necessidade de inclusão dos direitos humanos nas escolas e vamos tirar propostas concretas para que o conjunto da sociedade possa encaminhá-las. Sei que temos muitas lideranças e que elas têm de se multiplicar em cinco, dez, mil para que possamos ter a oportunidade de conviver com um mundo melhor.

Na condição de mãe, tenho adotado um princípio, que é um pouco do que foi dito pelo palestrante que representa a Secretaria de Justiça. Ele disse que, se não nos enxergarmos como pessoas que constantemente têm de fazer autocrítica e se modificar, não temos como trabalhar a questão dos direitos humanos. E quero dizer a vocês que é dessa maneira que me posiciono diante da educação dos meus filhos. Aprendo muito com eles. Em muitos momentos, ensino muitas coisas a eles e eles me mostram o quanto nós, pais, influímos pouco na sua educação e o quanto os professores são importantes na educação deles. Eles, que passam no mínimo quatro horas com os professores, às vezes me indicam determinada posição, por exemplo, sobre a questão do aborto. A minha filha de 16 anos me mostra uma posição absolutamente distinta, que não havia discutido com ela. Então, na relação com os meus filhos, tenho o maior respeito pela opinião deles, mas me contraponho e tento argumentar cotidianamente quanto a minhas verdades e minhas dúvidas.^[DTR51] Desejo que esse mundo seja melhor para eles.

Portanto, acredito que, diante dos nossos alunos, devemos ser motivadores das temáticas. Não devemos abordar a educação sexual dessa e daquela maneira, como acontece hoje nas escolas. Não devemos abordar a questão dos direitos humanos como um conceito que achamos corretos, mas devemos nos preparar para o debate entre nossos alunos. Caso contrário, se levarmos a questão dos direitos humanos para as escolas sem

que haja, de fato, o entendimento de que não somos portadores da verdade absoluta, será uma iniciativa a agir contra nós. Temos de aprender, e muito, com os alunos adolescentes, com as crianças marginalizadas, com os negros, com os homossexuais, principalmente com a contradição e a discriminação de gênero existente em nossa sociedade.

Tenho certeza de que falo para um público que pensa de maneira diferente, mas é preciso ter tolerância para entender que a questão racial e o aborto são vistos diferentemente por cada uma das pessoas nesta sala; que a homossexualidade é vista talvez até como algo pecaminoso, por causa da herança cultural que recebemos.

Introduzir os direitos humanos e a educação sexual nos conteúdos disciplinares é uma necessidade, mas também é algo de grande responsabilidade. Não podemos dar o enquadramento do certo e do errado, do legalismo, sem que se atenda de fato os direitos humanos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - A Profa. Lúcia Carvalho, que também é Deputada, lembra-nos que as palavras podem convencer, mas são os exemplos que arrebatam. Ela nos dá o exemplo de pessoa humana, mãe, educadora, que se lança à frente do seu processo pessoal de formação política, de engajamento e de formação da consciência social. Isso exige que cada um de nós, nas várias áreas em que atuamos, não tenhamos medo de ousar, de expor com clareza nossas posições e idéias na busca da transformação e da construção de um mundo melhor.

Encerramos, portanto, o segundo painel da manhã.

Com a palavra, para alguns informes finais, o nosso amigo Roberto.

O SR. ROBERTO - Há algumas informações bastante importantes: primeiro, como se dará o trabalho em grupo na parte da tarde. É importante que cada participante já defina o grupo em que deseja trabalhar. O grupo de Ensino Jurídico vai reunir-se no Plenário nº 11. O grupo de Ensino Fundamental conta com duas oficinas: o Ensino Fundamental I, que se realizará no Plenário nº 9, e o Ensino Fundamental II, que se realizará no Plenário nº 2. O grupo de Segurança Pública se reunirá no Plenário nº 10.

As reuniões plenárias encerrar-se-ão às 17h30. Depois, voltaremos a nos reunir para obter a conclusão final do seminário. O coordenador de cada grupo terá cinco minutos para expor o resultado do trabalho. ^[DTR52]É importante que também haja possibilidade de discussão.

Na saída, teremos a possibilidade de ter maior contato com o Deputado Estadual Chico Alencar. S.Exa. está fazendo o lançamento do livro que já foi apresentado. O Deputado informa que os seis primeiros que adquirirem o livro ganharão dois outros livros de sua autoria.

O SR. CHICO ALENCAR - Compre um e leve dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Amanhã, terça-feira, às 19h, no Centro Interescolar de Línguas nº 2, situado na 908 Sul, haverá a palestra "A Prevenção da Violência Juvenil", que vai ser proferida pelo Dr. Milani, médico especialista nas questões da adolescência. Ele é o Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Educação para Pais e os Direitos Humanos - INPAES - e se encontra presente.

Por fim, tenho uma informação para os que não são de Brasília ou que não conhecem a Câmara dos Deputados e desejam almoçar aqui. Há duas opções: uma é o restaurante **self-service**, um bandejão; a outra, o restaurante **à la carte**, situado no 10º andar do Anexo IV.

Retornaremos todos às 14h30, diretamente em cada plenária que vocês elegeram.

Obrigado. (Palmas.)